



CLIPPING INTERNET
02/03/2021 ATÉ 02/03/2021



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	CNJ	
	2.1 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	2
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	3
	3.2 BLOG NETO CRUZ.....	4
	3.3 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	5
4	CONVÊNIOS	
	4.1 SITE IMIRANTE.COM.....	6
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	7
	5.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	8
6	DESEMBARGADOR	
	6.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	9
	6.2 BLOG JAILSON MENDES.....	10
	6.3 BLOG NETO CRUZ.....	11
	6.4 SITE O MARANHENSE.....	12
	6.5 SITE SUA CIDADE.....	13
7	JUIZADOS ESPECIAIS	
	7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	14
8	PRESIDÊNCIA	
	8.1 BLOG COROATÁ DE VERDADE.....	15
	8.2 BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	16
	8.3 BLOG DO DINIZ.....	17
	8.4 BLOG DO JURACI FILHO.....	18
	8.5 BLOG DO NETO FERREIRA.....	19
	8.6 BLOG DO OSVALDO MAYA.....	20
	8.7 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	21
	8.8 BLOG GENIVALDO ABREU.....	22
	8.9 BLOG JM CUNHA SANTOS.....	23
	8.10 BLOG MARCO DEÇA.....	24 25 26
	8.11 BLOG NETO CRUZ.....	27 28
	8.12 BLOG PÁGINA 2.....	29
	8.13 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	30
	8.14 SITE G7 MARANHÃO.....	31
	8.15 SITE IMIRANTE.COM.....	32
	8.16 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	33 34
	8.17 SITE JORNAL PEQUENO.....	35 36
	8.18 SITE MARANHÃO HOJE.....	37
	8.19 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	38
	8.20 SITE O MARANHENSE.....	39 40
	8.21 SITE O QUARTO PODER.....	41 42
	8.22 SITE SUA CIDADE.....	43 44
9	VARA CÍVEL	
	9.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	45
	9.2 BLOG DO SABÁ.....	46
	9.3 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	47
10	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	10.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	48
	10.2 BLOG DO DINIZ.....	49
	10.3 BLOG DO JURACI FILHO.....	50
	10.4 BLOG DO OSVALDO MAYA.....	51
	10.5 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	52 53
	10.6 BLOG JM CUNHA SANTOS.....	54
	10.7 BLOG MARCO DEÇA.....	55
	10.8 BLOG NETO CRUZ.....	56
	10.9 BLOG PÁGINA 2.....	57
	10.10 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	58
	10.11 SITE G7 MARANHÃO.....	59
	10.12 SITE IMIRANTE.COM.....	60
	10.13 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	61 62 63
	10.14 SITE JORNAL PEQUENO.....	64
	10.15 SITE MARANHÃO HOJE.....	65 66
	10.16 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	67
	10.17 SITE O MARANHENSE.....	68
	10.18 SITE O QUARTO PODER.....	69

Flávio Dino reúne prefeitos para discutir novas medidas no Maranhão

O governador Flávio Dino (PCdoB), se reúne nesta segunda-feira (1^o) para discutir novas medidas restritivas por conta do aumento dos casos da Covid-19.

A reunião terá a participação de secretários, representantes dos poderes Judiciário e Legislativo, bem como os prefeitos de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Imperatriz.

As medidas que serão definidas valerão para os cinco municípios por conta da alta ocupação de leitos exclusivos para tratamento da doença.

Nas redes sociais, o governador Flávio Dino destacou que não existe uma decisão sobre "lockdown".

"Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior", afirmou Flávio Dino.

Por conta da repercussão negativa, diferentemente do início da pandemia, Flávio Dino tem evitado decidir sozinho por novas medidas. Geralmente, o governador tem aguardado outros estados adotarem medidas e tem buscado dividir as decisões com os demais poderes e até prefeitos, daí a reunião marcada para hoje.

Governador define novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1º) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

"Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

"Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando", garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

"Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625", pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. "Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social", garantiu o governador Flávio Dino.

Governador define novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1^o) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

"Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

"Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando", garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

"Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625", pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. "Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social", garantiu o governador Flávio Dino.

Presidente da Famem participa de reunião com poderes; decisão foi de mais medidas restritivas

Nesta segunda-feira (1^º), o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, prefeito de Igarapé Grande, Erlanio Xavier, participou de uma reunião com o governador do Maranhão, Flávio Dino, os prefeitos da Grande Ilha, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo e a direção do Hospital Universitário para tratar sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

Durante a reunião foram discutidas medidas mais restritivas contra a covid-19. Entre as novas medidas, estão a suspensão do serviço público presencial, expansão das linhas de ônibus, restrição a eventos festivos e reforço à fiscalização. As ações terão efeito pelos próximos dez dias.

Em sua fala, o presidente da entidade municipalista destacou a importância de adotar medidas mais severas para conter o avanço da Covid-19 Maranhão. Ele ainda defendeu uma medida mais extrema caso a situação se agrave e for necessário. “Devido o grande número de vidas que se perderam, a federação dos municípios estava quase pedindo o lockdown. Mas em diálogo e bom acordo, vamos ter medidas mais severas. E se a situação agravar, precisaremos recorrer ao bloqueio total”, disse.

Flávio Dino ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos”, disse o governador.

O chefe do executivo anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

Além do presidente da Famem, estiveram presentes o defensor público geral, Alberto Pessoa Bastos; o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau; os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Dr. Julinho (São José de Ribamar), Paula Azevedo (Paço do Lumiar), Eudes Sampaio (Raposa); o vice-prefeito de Raposa, Márcio Greik; o superintendente do Hospital Universitário da UFMA, Joyce Santos; a sub-secretária de Saúde, Karla Trindade; o presidente da EMSERH, Marcos Grande; o presidente do TJ, Lourival Serejo; o diretor geral do TJ, Mario Lobão; o vice-presidente do TCE, Washington Oliveira; o presidente da ALEMA, deputado Othelino Neto; o secretário adjunto de Comunicação de São Luís, Igor Almeida; o procurador do município de Paço do Lumiar, Adolfo Fonseca; e os secretários de Estado, Carlos Lula (Saúde), Marcelo Tavares (Casa Civil), Simplício Araújo (Indústria e Comércio), Ricardo Cappelli (Comunicação), Marcos Pacheco (Políticas Públicas), Márcio Jerry (SECID) e Diego Galdino (Governo).

Presidente da Famem participa de reunião com poderes; decisão foi de mais medidas restritivas

Nesta segunda-feira (1^ª), o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, prefeito de Igarapé Grande, Erlanio Xavier, participou de uma reunião com o governador do Maranhão, Flávio Dino, os prefeitos da Grande Ilha, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo e a direção do Hospital Universitário para tratar sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

Durante a reunião foram discutidas medidas mais restritivas contra a covid-19. Entre as novas medidas, estão a suspensão do serviço público presencial, expansão das linhas de ônibus, restrição a eventos festivos e reforço à fiscalização. As ações terão efeito pelos próximos dez dias.

Em sua fala, o presidente da entidade municipalista destacou a importância de adotar medidas mais severas para conter o avanço da Covid-19 Maranhão. Ele ainda defendeu uma medida mais extrema caso a situação se agrave e for necessário. “Devido o grande número de vidas que se perderam, a federação dos municípios estava quase pedindo o lockdown. Mas em diálogo e bom acordo, vamos ter medidas mais severas. E se a situação agravar, precisaremos recorrer ao bloqueio total”, disse.

Flávio Dino ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos”, disse o governador.

O chefe do executivo anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

Além do presidente da Famem, estiveram presentes o defensor público geral, Alberto Pessoa Bastos; o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau; os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Dr. Julinho (São José de Ribamar), Paula Azevedo (Paço do Lumiar), Eudes Sampaio (Raposa); o vice-prefeito de Raposa, Márcio Greik; o superintendente do Hospital Universitário da UFMA, Joyce Santos; a sub-secretária de Saúde, Karla Trindade; o presidente da EMSERH, Marcos Grande; o presidente do TJ, Lourival Serejo; o diretor geral do TJ, Mario Lobão; o vice-presidente do TCE, Washington Oliveira; o presidente da ALEMA, deputado Othelino Neto; o secretário adjunto de Comunicação de São Luís, Igor Almeida; o procurador do município de Paço do Lumiar, Adolfo Fonseca; e os secretários de Estado, Carlos Lula (Saúde), Marcelo Tavares (Casa Civil), Simplício Araújo (Indústria e Comércio), Ricardo Cappelli (Comunicação), Marcos Pacheco (Políticas Públicas), Márcio Jerry (SECID) e Diego Galdino (Governo).

TJ mantém sentença de primeiro grau e blogueiro terá que pagar R\$ 30 mil de indenização a procurador-geral

O Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão do juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, da 2ª Vara Cível de Caxias, que condenou o professor e blogueiro José de Arimatéia Ferreira da Rocha a desembolsar para o procurador-geral do Município de Caxias, Adenilson Dias de Sousa, a quantia de R\$ 30 mil em uma ação de indenização por danos morais.

Veja abaixo o que diz a decisão do magistrado caxiense:

- a) Condenando o requerido a reparar o autor pelos danos morais suportados, que fixo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a sofrer incidência de correção monetária e juros de mora, de um por cento ao mês, a contar desta sentença;
 - b) Condeneo o requerido, em honorários advocatícios, no importe de 15% sobre o valor condenatório e ao pagamento das custas processuais;
 - c) Concedo ainda, em sede de Tutela de Urgência, que o réu publique na íntegra no BLOG DO ARIMATÉIA ROCHA cópia desta sentença, no prazo de 48 horas, a contar da ciência desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao valor de 10.000,00 (dez mil reais) a ser pago em benefício do autor;
 - d) Condeneo por fim, que o autor retire a publicação ofensiva do seu blog, sob pena de multa prevista no item "c". Processo extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
- Sobre isso o Desembargador Marcelo Carvalho Silva decidiu, " 1. Vinculo-me a Súmula 568 do STJ. 2. Nego provimento ao apelo. Mantenho todos os termos da sentença de 1º grau. Publique-se. Intimem-se. São Luís, 25 de fevereiro de 2021".

(Blog do Ludwig Almeida)

TJ mantém sentença de primeiro grau e blogueiro terá que pagar R\$ 30 mil de indenização a procurador-geral

O Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão do juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, da 2ª Vara Cível de Caxias, que condenou o professor e blogueiro José de Arimatéia Ferreira da Rocha a desembolsar para o procurador-geral do Município de Caxias, Adenilson Dias de Sousa, a quantia de R\$ 30 mil em uma ação de indenização por danos morais.

Veja abaixo o que diz a decisão do magistrado caxiense:

- a) Condenando o requerido a reparar o autor pelos danos morais suportados, que fixo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a sofrer incidência de correção monetária e juros de mora, de um por cento ao mês, a contar desta sentença;
 - b) Condeneo o requerido, em honorários advocatícios, no importe de 15% sobre o valor condenatório e ao pagamento das custas processuais;
 - c) Concedo ainda, em sede de Tutela de Urgência, que o réu publique na íntegra no BLOG DO ARIMATÉIA ROCHA cópia desta sentença, no prazo de 48 horas, a contar da ciência desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao valor de 10.000,00 (dez mil reais) a ser pago em benefício do autor;
 - d) Condeneo por fim, que o autor retire a publicação ofensiva do seu blog, sob pena de multa prevista no item "c". Processo extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
- Sobre isso o Desembargador Marcelo Carvalho Silva decidiu, " 1. Vinculo-me a Súmula 568 do STJ. 2. Nego provimento ao apelo. Mantenho todos os termos da sentença de 1º grau. Publique-se. Intimem-se. São Luís, 25 de fevereiro de 2021".

(Blog do Ludwig Almeida)

Eduardo Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

"Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente", informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

"Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes", acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

"Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara", disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

"O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisem ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia", concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Eduardo Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

"Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente", informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

"Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes", acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

"Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara", disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

"O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia", concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Em reunião com prefeitos, Dino descarta lockdown, mas prevê restrições para aglomerações

Em reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís e com membros do legislativo e judiciário, o governador Flávio Dino (PCdoB) afirmou nesta segunda (1º) que está descartado, no momento, a decisão sobre um "lockdown" em todo o estado. No entanto, Dino anunciou que serão tomadas medidas de restrição a aglomerações nos próximos 10 dias.

"Houve um consenso no sentido de não ter lockdown. Nós estamos descartando nesse momento, ou seja, nesta semana, qualquer decisão sobre o lockdown. O que nós faremos, muito provavelmente, é a edição de normas e de decisão de vários órgãos que aqui estão no sentido de fazer com que certas atividades deixem de ocorrer durante um período, provavelmente 10 dias. Nós teremos restrições para grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos. Nós iremos fazer essa suspensão, porque são oportunidades para que o coronavírus se prolifere. (...) Essas restrições serão debatidas por mim com as entidades empresariais. E haverá outras consultas a outras entidades, sindicatos e somente após esse diálogo, é que vamos editar o decreto", afirmou Dino.

O governador também declarou que o serviço público estadual terá as atividades suspensas por 10 dias. Disse ainda que está sendo trabalhado, em conjunto com os prefeitos, a possibilidade de punir com mais rigor quem não usa máscaras.

"Também vamos adotar medidas concernentes ao serviço público estadual, isso tanto ao poder executivo, quanto aos demais órgãos, aos demais poderes (...). Sabemos que os servidores públicos são grandes conjuntos, contingente que se movimenta na cidade, sobrecarrega, por exemplo, o sistema de transporte. Por isso, nós teremos a suspensão do trabalho presencial no serviço público estadual por 10 dias, aproximadamente"

"Nós deliberamos também a constituição de uma força-tarefa do estado com os municípios, e a participação dos outros poderes do estado, para que nós possamos fiscalizar e punir intensamente quem não usar máscara em vias públicas", completou Dino.

Já o secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, reafirmou que existe uma sobrecarga no sistema de saúde do estado e reforçou que as medidas restritivas são para não ocorrer um colapso nos próximos dias.

"A gente de fato tem um estresse muito grande do sistema de saúde do Maranhão, seja em Imperatriz, seja em São Luís, seja na região de Santa Inês também, ou na região Bacabal. A gente tem um número de solicitação diárias muito maior que a média dos últimos três ou quatro meses. Então essas medidas são indispensáveis para que a gente não tenha um colapso do sistema de saúde, para que a gente não tenha pessoas perdendo a vida

sem ter leito hospitalar. Por isso a gente tem que tomar essas medidas neste momento, tem que haver restrição social, tem que haver restrição de pessoas, para que a gente possa conter a disseminação da doença", afirmou Lula.

G1,MA

Prefeito Eduardo Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

“Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

“Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara”, disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Prefeito Eduardo Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

“Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

“Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara”, disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Governador dialoga com chefes dos Poderes, Federação dos Municípios e prefeitos sobre novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1^o) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

"Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

"Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando", garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

"Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625", pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. "Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social", garantiu o governador Flávio Dino.

Governador dialoga com chefes dos Poderes, Federação dos Municípios e prefeitos sobre novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1^o) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

"Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

"Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando", garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

"Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625", pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. "Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social", garantiu o governador Flávio Dino.

Carta aberta conjunta das entidades de classe

Caxias: TJMA mantém condenação e professor vai desembolsar R\$ 30 mil para o procurador-geral

O Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão do juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, da 2ª Vara Cível de Caxias, que condenou o professor e blogueiro José de Arimatéia Ferreira da Rocha a desembolsar para o procurador-geral do Município de Caxias, Adenilson Dias de Sousa, a quantia de R\$ 30 mil em uma ação de indenização por danos morais.

Veja abaixo o que diz a decisão do magistrado caxiense:

- a) Condenando o requerido a reparar o autor pelos danos morais suportados, que fixo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a sofrer incidência de correção monetária e juros de mora, de um por cento ao mês, a contar desta sentença;
- b) Condeno o requerido, em honorários advocatícios, no importe de 15% sobre o valor condenatório e ao pagamento das custas processuais;
- c) Concedo ainda, em sede de Tutela de Urgência, que o réu publique na íntegra no BLOG DO ARIMATÉIA ROCHA cópia desta sentença, no prazo de 48 horas, a contar da ciência desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao valor de 10.000,00 (dez mil reais) a ser pago em benefício do autor;
- d) Condeno por fim, que o autor retire a publicação ofensiva do seu blog, sob pena de multa prevista no item "c". Processo extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Sobre isso o Desembargador Marcelo Carvalho Silva decidiu, " 1. Vinculo-me a Súmula 568 do STJ. 2. Nego provimento ao apelo. Mantenho todos os termos da sentença de 1º grau. Publique-se. Intimem-se. São Luís, 25 de fevereiro de 2021".

(Blog do Ludwig Almeida)

Suspeita de Covid-19 suspende atendimento presencial em Joselândia

As audiências designadas até o dia 5 de março serão realizadas de forma remota, na comarca de Joselândia. A determinação é da juíza Cathia Rejane Portela Martins, diretora do fórum, que publicou a Portaria-TJ - 878/2021, regulamentando o atendimento na unidade.

Os eventuais atendimentos presenciais vão ficar limitados aos casos estritamente necessários e serão realizados individualmente - uma pessoa por vez -, nos horários previstos na Portaria Conjunta nº 148/2021 do Poder Judiciário do Maranhão, mediante prévio atendimento.

A decisão considerou o estado de saúde da colaboradora dos serviços gerais da comarca, que apresentou sintomas da Covid-19, e o fato de que na cidade de Joselândia não há testes para diagnóstico da doença. Segundo a portaria da comarca, a suspensão do atendimento presencial considerou, ainda, a necessidade de assegurar “o bem-estar dos servidores e jurisdicionados, em especial os idosos, que são partes de elevado número de processos de competência dos juizados especiais e dos que envolvem matéria previdenciária”.

Até a data determinada, o acesso à sala de audiência por videoconferência será feito na data e horário marcados, por meio do link: (<https://vc.tjma.jus.br/cathia-4b2-d58>). O atendimento dos profissionais da área jurídica (advogados, membros do MPE e procuradores), sempre que possível, ocorrerá por através do telefone fixo da unidade jurisdicional (99-3637-1591), celular da secretária judicial (86-99420-0899), ou por meio de eletrônico (e-mail - vara1_jos@tjma.jus.br).

VIDEOCONFERÊNCIA

Nos casos em que profissional da área jurídica necessitar de entrevista com a juíza, o atendimento será realizado por ligação telefônica, videochamada ou videoconferência, mediante requerimento prévio para agendamento do horário, indicando o número do processo em referência, bem como o e-mail e telefone celular (whatsapp) para contato.

Caberá à secretária judicial estabelecer o rodízio de servidores para trabalho presencial, nos moldes fixados na Portaria-GP - 148/2021. Os demais servidores que não estiverem no dia de trabalho presencial deverão executar suas atividades na modalidade remota, sob supervisão da secretária judicial.

Os trabalhos do gabinete judicial nos processos físicos e eletrônicos serão gerenciados pela juíza, por meio de assinatura manual e/ou mediante uso de assinatura digital (Token A3 (Certsign) ou Digidoc), nos casos autorizados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Juizado Cível e do Consumo do Cohatrac suspende atendimento ao público

O gabinete do juiz João Francisco Gonçalves Rocha, titular do 4º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís (Cohatrac IV) informou a suspensão das atividades administrativas e o atendimento ao público até o dia 5 de março. A suspensão resultou da contaminação de dois servidores lotados no Juizado Especial pelo coronavírus (Covid-19).

Segundo informações da secretária judicial Cinira Raquel Correa Reis, as audiências designadas para o período de suspensão serão remarçadas. Reclamações de urgência de partes processuais sem advogados poderão ser encaminhadas para o e-mail: jzd-civel4@tjma.jus.br.

O Juizado disponibilizou, ainda, o telefone (98) 99981-1651 para a realização de consultas, registro de reclamações, intimações e demais comunicações processuais, inclusive, por meio de aplicativos de mensagem.

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo fica localizado na Avenida Contorno Norte, 145, Shopping Passeio, 2º piso, salas 315 - 317, no Cohatrac IV, em São Luís. Sua área de abrangência engloba os bairros Cohab I, II, III e IV, Cohatrac I, II, III, IV e V, Jardim Araçagy, Jardim das Margaridas, Parque Aurora, Planalto Anil, Planalto Anil I, II, Planalto Anil III e Conjunto Centauro.

Othelino discute medidas contra a Covid-19 no Maranhão e anuncia suspensão de atividades presenciais na Alema por uma semana

Othelino Neto participa de reunião emergencial convocada por Flávio Dino no Palácio dos Leões

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (1º), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da reunião emergencial, convocada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), para discutir novas medidas de restrições contra a Covid-19, diante da curva de crescimento de casos no estado e sobrecarga das redes pública e privada de saúde da Grande Ilha.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos. "O cenário ideal seria o lockdown mas, neste momento, não será possível pelas implicações sociais. Por isso, em consenso, com o objetivo de preservar a saúde dos maranhenses, decidimos tomar medidas mais restritivas em locais de maior aglomeração", disse.

Na reunião, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown nos próximos dias e apresentou algumas medidas para combater o avanço da doença, entre elas, a ampliação das linhas de ônibus e o reforço em relação ao uso de máscaras. O chefe do Executivo disse ainda que haverá restrições mais rigorosas para grandes aglomerações.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos

"Em face da elevação do número de casos do novo coronavírus, é imprescindível que tenhamos mais restrições em atividades de maior aglomeração. Houve, contudo, um consenso, no sentido de não haver lockdown nesta semana, porém, faremos a edição de normas e decisões de vários órgãos para que certas atividades deixem de ocorrer por um período, principalmente em grandes aglomerações", esclareceu o governador.

Em seguida, Flávio Dino explicou que o decreto governamental será disponibilizado nesta terça-feira (2), após diálogo com entidades empresariais. "Somente após essa reunião, editaremos o decreto, com os detalhes definitivos. Queremos que o empresariado participe, porque é responsável conosco, como por exemplo, ao que se refere ao uso de máscaras nos estabelecimentos", completou.

Presidente da Assembleia conversa com a imprensa durante coletiva

O secretário de Estado de Saúde e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Lula, ressaltou que, para a decisão em conjunto, foram avaliados o crescimento no número de casos da COVID-19 e a impossibilidade do sistema público de saúde atender todas as demandas.

"De fato, estamos com um estresse muito forte no sistema de saúde do Maranhão, principalmente em São Luís, Imperatriz, Bacabal e Santa Inês, onde temos solicitação de leitos maior que a média. Essas medidas, nesse momento, são indispensáveis para que não tenhamos um colapso na saúde. Por isso, a necessidade de medida extrema de restrição social", enfatizou Lula.

O encontro reuniu ainda representantes dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública, além de prefeitos da região metropolitana de São Luís e outras autoridades.

Serviço Público remoto

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assim como os demais órgãos públicos e Prefeituras da Grande Ilha de São Luís, suspenderá as atividades presenciais por uma semana, a partir da próxima segunda-feira (8).

A suspensão das atividades presenciais na Assembleia Legislativa está em conformidade com as decisões tomadas na reunião com o governador, para conter o avanço do novo coronavírus entre os servidores e parlamentares, limitando a circulação de pessoas e permitindo o trabalho remoto.

Segundo Othelino, a Assembleia segue uma série de protocolos desde o início da pandemia. "Manteremos nossa Resolução Legislativa estabelecendo uma série de protocolos internos desde o início da pandemia. Nós não revogamos, então, a manteremos. O que teremos de novo é que, na semana que vem, teremos as atividades de forma remota", explicou o parlamentar, enfatizando, ainda, que a decisão, em conjunto com os outros órgãos, será importante para diminuir o nível de contaminação na região metropolitana.

Joaquim Figueiredo e Angela Salazar assumem como presidente e corregedora do TRE/MA

“Não pretendo dirigir um Tribunal segmentado, nem composto de grupos. A união, a lealdade, o respeito mútuo e a concórdia ditarão o nosso comportamento”. Essas foram algumas das palavras proferidas pelo desembargador Joaquim Figueiredo, eleito por aclamação, nesta segunda, (1º de março), presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, enquanto a desembargadora Angela Salazar, assumiu a Corregedoria.

Acompanharam a sessão solene ministro, entre outras autoridades dos poderes executivo, judiciário e legislativo, imprensa e familiares dos empossados. Em razão da pandemia causada pela covid-19, a sessão solene foi realizada por videoconferência com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-MA do Youtube (íntegra aqui).

Para o presidente empossado, o trabalho tem que ser coordenado em equipe, com objetivos definidos para salvaguardar a justiça eleitoral. “Nessa empreitada patriótica, terei em minha companhia a firmeza, a lisura e a cumplicidade institucional dos ilustres membros desta notável Corte e dos nossos queridos juízes eleitorais e servidores, com a fidelidade e a fidalguia que lhes são peculiares”. Acrescentou, ainda, que trabalhará com valores que norteiam a vida e pelos quais tem se guiado, a saber: a ética, o direito, a dignidade, o amor e a dedicação.

“Nossa gestão será marcada pela transparência em todas as ações, priorizando-se as boas práticas, acreditando que o aperfeiçoamento desta instituição pública e a qualificação dos queridos servidores e juízes eleitorais é o caminho mais promissor para alcançarmos as metas prioritárias do Egrégio Conselho Nacional de Justiça e uma justiça que responda aos reclames da sociedade”. Finalizou enfatizando que responsabilidade, determinação, excelência, eficiência e zelo devem fazer parte da ‘família judiciária eleitoral’, cujo valor profissional constitui-se o ativo mais rico e mais estratégico.

A desembargadora Ângela Salazar, que assumiu como vice-presidente e corregedora, ressaltou que estamos vivendo uma crise, lutando contra o descaso, as incertezas e as inseguranças jurídicas e que são nas adversidades que se criam saídas, encontram-se soluções e despertam em cada cidadão o que há de melhor dentro de si, a solidariedade e o espírito cívico.

“É com esse propósito que assumo a Corregedoria e a Vice-Presidência desta Corte Especial de Justiça e concito os demais integrantes de jornada, no sentido de realizarmos de forma participativa e dialogada o munus que nos foi delegado. Durante nossa permanência nesta Casa não será diferente quanto à transparência do processo eleitoral, a observância das regras de mediação do processo político isento, na busca da legitimação da vontade soberana do eleitor, em homenagem aos princípios republicanos e democráticos consagrados na Carta Magna Nacional”, pontuou.

Apoiar a Escola Judiciária Eleitoral é um dos objetivos da gestão de Salazar que pretende realizar a nível local cursos de atualização, seminários na área do Direito Eleitoral para juízes, promotores eleitorais, servidores nas diversas áreas de atividades e advogados que militam na área do Direito e Processo Eleitoral, o que, com certeza, trará benefícios incalculáveis para a justiça eleitoral.

Em que pese as medidas tomadas pelo TSE, com a pretensão de motivar e assegurar a efetiva participação feminina no processo eleitoral, ela acredita que é necessário implementar políticas de incentivo e valorização da mulher no universo político partidário, nas esferas municipal e estadual.

“A análise desse contexto leva à necessidade de um profundo exame dos fatores sociais, culturais e políticos que nos cercam, bem como de adoção de estratégias de modo a garantir a consolidação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, livre das amarras das desigualdades, cedendo lugar à sistema análogo, significativo de mudança do sistema jurídico, sob o foco constitucional de que a participação das mulheres nas casas legislativas seja uma realidade, em homenagem e respeito ao princípio da isonomia”, ratificou a vice-presidente e corregedora.

Salazar concluiu: “sabemos que a tarefa é árdua, as responsabilidades são inúmeras e agudas, mas o desejo de acertar e servir é maior e ferrenho, porque assim idealizo e me proponho e, por certo, com a colaboração de todos os integrantes desta Corte Eleitoral, juízes e servidores, os obstáculos serão transpostos e vencidos os desafios”.

Ao saudar os novos empossados, o juiz Cristiano Simas, membro da Corte, destacou a firmeza, inteligência e praticidade do desembargador Joaquim que sempre buscou dignificar suas ações e pensamentos construindo em torno de si grande respeitabilidade e colaborando decisivamente para o engrandecimento do poder judiciário maranhense. Já a desembargadora Ângela Salazar foi reconhecida pelo magistrado pela sua sensibilidade e pelo trabalho profissional a exemplo do desenvolvido na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar onde, com competência e sensibilidade, atuou de forma decisiva no combate a esta chaga que ainda atormenta a comunidade maranhense.

A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Ângela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juízes de direito Lavínia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Luis Fernando Xavier e Gilson Ramalho - que são membros substitutos - estão na interinidade dos cargos enquanto os efetivos não são nomeados. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

Joanino, desembargador José Joaquim assume presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

O desembargador natural da cidade de São João Batista, José Joaquim Figueiredo, foi eleito por aclamação nesta segunda-feira, 01, o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A desembargadora Angela Salazar foi eleita vice-presidente e corregedora do órgão eleitoral.

Desembargadores José Joaquim e Angela Salazar foram empossados no TRE

Em razão da pandemia causada pela covid-19, a sessão solene foi realizada por videoconferência com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-MA do Youtube e foi acompanhada por autoridades dos poderes executivo, judiciário e legislativo, imprensa e familiares dos agora chefes da Justiça Eleitoral do estado.

“Nossa gestão será marcada pela transparência em todas as ações, priorizando-se as boas práticas, acreditando que o aperfeiçoamento desta instituição pública e a qualificação dos queridos servidores e juízes eleitorais é o caminho mais promissor para alcançarmos as metas prioritárias do Egrégio Conselho Nacional de Justiça e uma justiça que responda aos reclames da sociedade”, disse o novo presidente.

Perfil

José Joaquim Figueiredo dos Anjos nasceu em São João Batista, cidade da Baixada Ccidental do Maranhão, em 22/08/53. Gradou-se em Direito pela UFMA em 1978 e, em 1986, logrou aprovação no primeiro concurso público para procurador do Estado, tendo sido, no mesmo ano, aprovado em concurso para juiz de Direito, ingressando na magistratura em 02/05/87.

Chegou à comarca de São Luís em 12/02/92, exercendo o cargo de juiz auxiliar por 5 anos, além de juiz corregedor na gestão do desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo e diretor do fórum “Des. Sarney Costa” nas gestões de Orville Almeida e Jorge Rachid. Palestrante reconhecido na área do Direito Penal, exerceu também o magistério durante 10 anos como professor do Ceuma e da Esmam.

Como titular da 2ª Vara Criminal de São Luís, durante 11 anos e 9 meses, julgou casos importantes envolvendo o crime organizado. Em 19/12/2006, assumiu como desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, na primeira votação aberta para tal escolha da história do órgão.

Em dezembro de 2017 assumiu a presidência do TJMA, permanecendo até maio de 2020 e em junho do mesmo ano tomou posse como membro efetivo da Corte do TRE-MA pela segunda vez – a primeira foi de 18/02/2009 a 18/02/2011, onde assumiu a vice-presidência e Corregedoria Regional Eleitoral.

Othelino discute medidas contra a Covid-19 no Maranhão e anuncia suspensão de atividades presenciais na Alema por uma semana

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (1º), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da reunião emergencial, convocada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), para discutir novas medidas de restrições contra a Covid-19, diante da curva de crescimento de casos no estado e sobrecarga das redes pública e privada de saúde da Grande Ilha.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos. “O cenário ideal seria o lockdown mas, neste momento, não será possível pelas implicações sociais. Por isso, em consenso, com o objetivo de preservar a saúde dos maranhenses, decidimos tomar medidas mais restritivas em locais de maior aglomeração”, disse.

Na reunião, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown nos próximos dias e apresentou algumas medidas para combater o avanço da doença, entre elas, a ampliação das linhas de ônibus e o reforço em relação ao uso de máscaras. O chefe do Executivo disse ainda que haverá restrições mais rigorosas para grandes aglomerações.

“Em face da elevação do número de casos do novo coronavírus, é imprescindível que tenhamos mais restrições em atividades de maior aglomeração. Houve, contudo, um consenso, no sentido de não haver lockdown nesta semana, porém, faremos a edição de normas e decisões de vários órgãos para que certas atividades deixem de ocorrer por um período, principalmente em grandes aglomerações”, esclareceu o governador.

Em seguida, Flávio Dino explicou que o decreto governamental será disponibilizado nesta terça-feira (2), após diálogo com entidades empresariais. “Somente após essa reunião, editaremos o decreto, com os detalhes definitivos. Queremos que o empresariado participe, porque é responsável conosco, como por exemplo, ao que se refere ao uso de máscaras nos estabelecimentos”, completou.

O secretário de Estado de Saúde e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Lula, ressaltou que, para a decisão em conjunto, foram avaliados o crescimento no número de casos da COVID-19 e a impossibilidade do sistema público de saúde atender todas as demandas.

“De fato, estamos com um estresse muito forte no sistema de saúde do Maranhão, principalmente em São Luís, Imperatriz, Bacabal e Santa Inês, onde temos solicitação de leitos maior que a média. Essas medidas, nesse momento, são indispensáveis para que não tenhamos um colapso na saúde. Por isso, a necessidade de medida extrema de restrição social”, enfatizou Lula.

O encontro reuniu ainda representantes dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública, além de prefeitos da região metropolitana de São Luís e outras autoridades.

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assim como os demais órgãos públicos e Prefeituras da Grande Ilha de São Luís, suspenderá as atividades presenciais por uma semana, a partir da próxima segunda-feira (8).

A suspensão das atividades presenciais na Assembleia Legislativa está em conformidade com as decisões tomadas na reunião com o governador, para conter o avanço do novo coronavírus entre os servidores e parlamentares, limitando a circulação de pessoas e permitindo o trabalho remoto.

Segundo Othelino, a Assembleia segue uma série de protocolos desde o início da pandemia. “Manteremos nossa Resolução Legislativa estabelecendo uma série de protocolos internos desde o início da pandemia. Nós não revogamos, então, a manteremos. O que teremos de novo é que, na semana que vem, teremos as atividades de forma remota”, explicou o parlamentar, enfatizando, ainda, que a decisão, em conjunto com os outros órgãos, será importante para diminuir o nível de contaminação na região metropolitana.

Othelino discute medidas contra a Covid-19 no Maranhão e anuncia suspensão de atividades presenciais na Alema por uma semana

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (1º), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da reunião emergencial, convocada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), para discutir novas medidas de restrições contra a Covid-19, diante da curva de crescimento de casos no estado e sobrecarga das redes pública e privada de saúde da Grande Ilha.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos. “O cenário ideal seria o lockdown mas, neste momento, não será possível pelas implicações sociais. Por isso, em consenso, com o objetivo de preservar a saúde dos maranhenses, decidimos tomar medidas mais restritivas em locais de maior aglomeração”, disse.

Na reunião, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown nos próximos dias e apresentou algumas medidas para combater o avanço da doença, entre elas, a ampliação das linhas de ônibus e o reforço em relação ao uso de máscaras. O chefe do Executivo disse ainda que haverá restrições mais rigorosas para grandes aglomerações.

“Em face da elevação do número de casos do novo coronavírus, é imprescindível que tenhamos mais restrições em atividades de maior aglomeração. Houve, contudo, um consenso, no sentido de não haver lockdown nesta semana, porém, faremos a edição de normas e decisões de vários órgãos para que certas atividades deixem de ocorrer por um período, principalmente em grandes aglomerações”, esclareceu o governador.

Em seguida, Flávio Dino explicou que o decreto governamental será disponibilizado nesta terça-feira (2), após diálogo com entidades empresariais. “Somente após essa reunião, editaremos o decreto, com os detalhes definitivos. Queremos que o empresariado participe, porque é responsável conosco, como por exemplo, ao que se refere ao uso de máscaras nos estabelecimentos”, completou.

O secretário de Estado de Saúde e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Lula, ressaltou que, para a decisão em conjunto, foram avaliados o crescimento no número de casos da COVID-19 e a impossibilidade do sistema público de saúde atender todas as demandas.

“De fato, estamos com um estresse muito forte no sistema de saúde do Maranhão, principalmente em São Luís, Imperatriz, Bacabal e Santa Inês, onde temos solicitação de leitos maior que a média. Essas medidas, nesse momento, são indispensáveis para que não tenhamos um colapso na saúde. Por isso, a necessidade de medida extrema de restrição social”, enfatizou Lula.

O encontro reuniu ainda representantes dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública, além de prefeitos da região metropolitana de São Luís e outras autoridades.

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assim como os demais órgãos públicos e Prefeituras da Grande Ilha de São Luís, suspenderá as atividades presenciais por uma semana, a partir da próxima segunda-feira (8).

A suspensão das atividades presenciais na Assembleia Legislativa está em conformidade com as decisões tomadas na reunião com o governador, para conter o avanço do novo coronavírus entre os servidores e parlamentares, limitando a circulação de pessoas e permitindo o trabalho remoto.

Segundo Othelino, a Assembleia segue uma série de protocolos desde o início da pandemia. “Manteremos nossa Resolução Legislativa estabelecendo uma série de protocolos internos desde o início da pandemia. Nós não revogamos, então, a manteremos. O que teremos de novo é que, na semana que vem, teremos as atividades de forma remota”, explicou o parlamentar, enfatizando, ainda, que a decisão, em conjunto com os outros órgãos, será importante para diminuir o nível de contaminação na região metropolitana.

Caxias: TJMA mantém condenação e professor vai desembolsar R\$ 30 mil para o procurador-geral

O Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão do juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, da 2ª Vara Cível de Caxias, que condenou o professor e blogueiro José de Arimatéia Ferreira da Rocha a desembolsar para o procurador-geral do Município de Caxias, Adenilson Dias de Sousa, a quantia de R\$ 30 mil em uma ação de indenização por danos morais.

Veja abaixo o que diz a decisão do magistrado caxiense.

- a) Condenando o requerido a reparar o autor pelos danos morais suportados, que fixo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a sofrer incidência de correção monetária e juros de mora, de um por cento ao mês, a contar desta sentença;
- b) Condeno o requerido, em honorários advocatícios, no importe de 15% sobre o valor condenatório e ao pagamento das custas processuais;
- c) Concedo ainda, em sede de Tutela de Urgência, que o réu publique na íntegra no BLOG DO ARIMATÉIA ROCHA cópia desta sentença, no prazo de 48 horas, a contar da ciência desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao valor de 10.000,00 (dez mil reais) a ser pago em benefício do autor;
- d) Condeno por fim, que o autor retire a publicação ofensiva do seu blog, sob pena de multa prevista no item "c". Processo extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Sobre isso o Desembargador Marcelo Carvalho Silva decidiu, " 1. Vinculo-me a Súmula 568 do STJ. 2. Nego provimento ao apelo. Mantenho todos os termos da sentença de 1º grau. Publique-se. Intimem-se. São Luís, 25 de fevereiro de 2021".

Caxias: TJMA mantém condenação e professor vai desembolsar R\$ 30 mil para o procurador-geral

O Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão do juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, da 2ª Vara Cível de Caxias, que condenou o professor e blogueiro José de Arimatéia Ferreira da Rocha a desembolsar para o procurador-geral do Município de Caxias, Adenilson Dias de Sousa, a quantia de R\$ 30 mil em uma ação de indenização por danos morais.

Veja abaixo o que diz a decisão do magistrado caxiense.

- a) Condenando o requerido a reparar o autor pelos danos morais suportados, que fixo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a sofrer incidência de correção monetária e juros de mora, de um por cento ao mês, a contar desta sentença;
- b) Condeno o requerido, em honorários advocatícios, no importe de 15% sobre o valor condenatório e ao pagamento das custas processuais;
- c) Concedo ainda, em sede de Tutela de Urgência, que o réu publique na íntegra no BLOG DO ARIMATÉIA ROCHA cópia desta sentença, no prazo de 48 horas, a contar da ciência desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao valor de 10.000,00 (dez mil reais) a ser pago em benefício do autor;
- d) Condeno por fim, que o autor retire a publicação ofensiva do seu blog, sob pena de multa prevista no item "c". Processo extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Sobre isso o Desembargador Marcelo Carvalho Silva decidiu, " 1. Vinculo-me a Súmula 568 do STJ. 2. Nego provimento ao apelo. Mantenho todos os termos da sentença de 1º grau. Publique-se. Intimem-se. São Luís, 25 de fevereiro de 2021".

OAB critica Flávio Dino por não ser chamada para reunião sobre CoVID-19

Entidade representativa dos advogados sentiu-se desprestigiada pelo governador, mas reafirmou que isso não implicará nas ações que ela presta em favor da sociedade civil maranhense

A seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) emitiu nota pública em que critica a postura do governador Flávio Dino (PCdoB), que não chamou a entidade para a reunião sobre a CoVID-19, na noite desta segunda-feira, 1º.

De acordo com a entidade, foi um desrespeito à maior instituição da sociedade civil do país.

- A OAB/MA comunica que tal fato não importará em qualquer abalo as inúmeras ações que a Ordem tem desenvolvido em prol da sociedade, nem prejudicará que continuemos a cobrar, com total independência política, as autoridades e o Poder Público para que cumpram suas atribuições, dentre as quais merece destaque o direito constitucional a saúde - diz a nota.

A entidade reforça seu compromisso com as ações em defesa da sociedade e diz que vai continuar atenta para cumprimento das medidas contra a CoVID-19.

Abaixo, a íntegra da nota da OAB-MA:

NOTA PÚBLICA

A OAB/MA tomou conhecimento hoje pela manhã de reunião que será realizada pelo Governo do Estado do Maranhão com os poderes constituídos e com as demais instituições do sistema de justiça.

?

No comunicado do Governo do Estado chamou atenção da sociedade o fato de não constar como convidada a maior instituição da sociedade civil do País, que ao longo de sua história sempre pautou suas ações de forma responsável e independente em defesa da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

?

Dito isto, a OAB/MA comunica que tal fato não importará em qualquer abalo as inúmeras ações que a Ordem tem desenvolvido em prol da sociedade, nem prejudicará que continuemos a cobrar, com total independência política, as autoridades e o Poder Público para que cumpram suas atribuições, dentre as quais merece destaque o direito constitucional a saúde.

?

Por oportuno, a OAB saúda a iniciativa do Governo do Estado, ainda que tardia, de abrir diálogo sobre a grave situação que enfrentamos, contudo lamenta não terem sido convidados representantes da sociedade civil, nem mesmo os representantes das atividades produtivas já tão penalizadas por esta pandemia, e que certamente contribuiriam para a construção das medidas necessárias para conter a disseminação do COVID-19.

?

Por fim, a OAB Maranhão espera que sejam delineadas ações efetivas que possam retirar nosso estado das últimas posições de vacinação do País, e aproveita para reiterar, outrossim, seu compromisso com a sociedade maranhense de estar ao lado dessa na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos e cidadãs.

?

São Luis (MA), 01 de março de 2021

?

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão.

Suspensão de shows e eventos depende de reunião com empresários

Inseguro quanto às medidas que precisa tomar para conter o avanço da CoVID-19, governador Flávio Dino já decidiu suspender festas, cultos, missas, shows, reuniões, resenhas, rolês, batucadas, pagodes, forró, samba, raves e afins; mas quer dividir a culpa com os próprios representantes do setor

Governador via reunir com a classe empresarial, mas nada fala sobre a classe artística, principal atingida com a suspensão dos eventos no estado

O governador Flávio Dino (PCdoB) decidiu suspender todo tipo de evento cultural, religioso, esportivo ou meramente festivo no Maranhão - mesmo aqueles com até 150 pessoas.

Mas só vai dizer a partir de quando vale sua decisão após reunião com a classe empresarial, nesta terça-feira, 2.

As medidas mais duras de combate à CoVID-19 são cobradas por cientistas e profissionais da área de Saúde - inclusive o titular da pasta no maranhão, Carlos Eduardo Lula - mas Dino parece querer dividir o desgaste da decisão.

Ontem, ele tentou convencer prefeitos e membros do Judiciário, mas todos foram contra o lockdown.

Principal atingida com a suspensão dos eventos, a classe artística parece esquecida pelo poder público na discussão do que fazer contra a pandemia

Agora, quer chamar a classe empresarial para negociar uma forma de suspender os eventos sem prejuízo da atividade comercial, sabe-se lá como ele pretende fazer isso.

Sem os eventos culturais, a classe artística também sofre, sem local para apresentação e sem condições de garantir a sobrevivência.

Mas parece que, para o governo, a classe artística é a que menos importa neste processo.

Guerra entre cientistas e empresários deixa Flávio Dino sem rumo?

Sem saber o que fazer diante do avanço do coronavírus e suas variantes no Maranhão, governador comunista tenta dividir suas responsabilidades com prefeitos e membros do Ministério Público e do Judiciário maranhense

Flávio Dino quer dividir responsabilidades com prefeitos e autoridades de outros poderes diante do avanço da CoVID-19

O governador Flávio Dino (PCdoB) vive um dilema neste momento da pandemia de coronavírus.

Ele sabe que o vírus está se propagando com maior velocidade e já tem suas variantes circulando no estado, o que leva cientistas e representantes da Saúde a cobrar por medidas mais rígidas, incluindo lockdown.

Mas ele também sofre pressão de empresários que querem manter o funcionamento de seus negócios a qualquer custo, mesmo diante dos riscos de colapso na saúde.

Sem saber o que fazer, Dino tenta envolver em suas responsabilidades representantes de outros poderes e também prefeitos da Grande São Luís.

Enquanto o governador claudica, seu secretário de Saúde, Carlos Eduardo Lula, defende claramente o fechamento de atividades como bares, restaurantes, academias, shoppings e escolas.

Dino até decidiu proibir os eventos - mesmo aqueles com 150 pessoas - mas não disse a partir de quando.

Ele também defende um toque de recolher das 20H às 6h por um período mínimo de 15 dias.

Lula fala como presidente do Conselho nacional de Secretários de Saúde, não como titular da pasta no Maranhão.

E assim o Maranhão vai seguindo, com seus governantes em falta de sintonia.

E com aumento de mortes por CoVID-19 no estado...

Guerra entre cientistas e empresários deixa Flávio Dino sem rumo?

Sem saber o que fazer diante do avanço do coronavírus e suas variantes no Maranhão, governador comunista tenta dividir suas responsabilidades com prefeitos e membros do Ministério Público e do Judiciário maranhense

Flávio Dino quer dividir responsabilidades com prefeitos e autoridades de outros poderes diante do avanço da CoVID-19

O governador Flávio Dino (PCdoB) vive um dilema neste momento da pandemia de coronavírus.

Ele sabe que o vírus está se propagando com maior velocidade e já tem suas variantes circulando no estado, o que leva cientistas e representantes da Saúde a cobrar por medidas mais rígidas, incluindo lockdown.

Mas ele também sofre pressão de empresários que querem manter o funcionamento de seus negócios a qualquer custo, mesmo diante dos riscos de colapso na saúde.

Sem saber o que fazer, Dino tenta envolver em suas responsabilidades representantes de outros poderes e também prefeitos da Grande São Luís.

Enquanto o governador claudica, seu secretário de Saúde, Carlos Eduardo Lula, defende claramente o fechamento de atividades como bares, restaurantes, academias, shoppings e escolas.

Dino até decidiu proibir os eventos - mesmo aqueles com 150 pessoas - mas não disse a partir de quando.

Ele também defende um toque de recolher das 20H às 6h por um período mínimo de 15 dias.

Lula fala como presidente do Conselho nacional de Secretários de Saúde, não como titular da pasta no Maranhão.

E assim o Maranhão vai seguindo, com seus governantes em falta de sintonia.

E com aumento de mortes por CoVID-19 no estado...

Codó: MPMA investiga Francisco Nagib por suposto direcionamento de recursos da Lei Aldir Blanc

O ex-prefeito de Codó e atual diretor do DETRAN-MA, Francisco Nagib, terá que explicar o direcionamento dado pela sua equipe, enquanto prefeito, a um profissional que procurou a prefeitura para obter informações do repasse dos recursos da Lei Aldir Blanc.

A Lei Federal nº 14.017/2020 prevê o pagamento de auxílio emergencial a artistas, produtores, técnicos e espaços culturais como forma de auxiliar um dos setores mais afetados pela pandemia do coronavírus.

Ao indagar quando provavelmente iria receber o faz-me rir, o provocador do Ministério Público – promotor de eventos José Augusto Sousa Barbosa – recebeu como conselho ir falar com o prefeito para saber a possibilidade de liberar o papel. Passado na casca do alho, preferiu ir direto no cerne da questão e denunciar o suposto esquema na Justiça.

O Ministério Público, ciente de que pode está havendo um direcionamento dos recursos para aliados de Nagib, decidiu apurar a denúncia.

É aguardar.

Continue vendo

em: <https://netocruz.blog.br/2021/03/02/codo-mpma-investiga-francisco-nagib-por-suposto-direcionamento-de-recursos-da-lei-aldir-blanc/>

TRE-MA: Joaquim Figueiredo e Angela Salazar assumem como presidente e corregedora

"Não pretendo dirigir um Tribunal segmentado, nem composto de grupos. A união, a lealdade, o respeito mútuo e a concórdia ditarão o nosso comportamento".

Essas foram algumas das palavras proferidas pelo desembargador Joaquim Figueiredo, eleito por aclamação, nesta segunda, (1º de março), presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, enquanto a desembargadora Angela Salazar, assumiu a Corregedoria.

Acompanharam a sessão solene ministro, entre outras autoridades dos poderes executivo, judiciário e legislativo, imprensa e familiares dos empossados. Em razão da pandemia causada pela covid-19, a sessão solene foi realizada por videoconferência com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-MA do Youtube (íntegra aqui).

Para o presidente empossado, o trabalho tem que ser coordenado em equipe, com objetivos definidos para salvaguardar a justiça eleitoral.

"Nessa empreitada patriótica, terei em minha companhia a firmeza, a lisura e a cumplicidade institucional dos ilustres membros desta notável Corte e dos nossos queridos juízes eleitorais e servidores, com a fidelidade e a fidalguia que lhes são peculiares".

Acrescentou, ainda, que trabalhará com valores que norteiam a vida e pelos quais tem se guiado, a saber: a ética, o direito, a dignidade, o amor e a dedicação.

"Nossa gestão será marcada pela transparência em todas as ações, priorizando-se as boas práticas, acreditando que o aperfeiçoamento desta instituição pública e a qualificação dos queridos servidores e juízes eleitorais é o caminho mais promissor para alcançarmos as metas prioritárias do Egrégio Conselho Nacional de Justiça e uma justiça que responda aos reclames da sociedade".

Finalizou enfatizando que responsabilidade, determinação, excelência, eficiência e zelo devem fazer parte da 'família judiciária eleitoral', cujo valor profissional constitui-se o ativo mais rico e mais estratégico.

A desembargadora Ângela Salazar, que assumiu como vice-presidente e corregedora, ressaltou que estamos vivendo uma crise, lutando contra o descaso, as incertezas e as inseguranças jurídicas e que são nas adversidades que se criam saídas, encontram-se soluções e despertam em cada cidadão o que há de melhor dentro de si, a solidariedade e o espírito cívico.

"É com esse propósito que assumo a Corregedoria e a Vice-Presidência desta Corte Especial de Justiça e concito os demais integrantes de jornada, no sentido de realizarmos de forma participativa e dialogada o munus [obrigação] que nos foi delegado. Durante nossa permanência nesta Casa não será diferente quanto à transparência do processo eleitoral, a observância das regras de mediação do processo político isento, na busca

da legitimação da vontade soberana do eleitor, em homenagem aos princípios republicanos e democráticos consagrados na Carta Magna Nacional", pontuou.

Apoiar a Escola Judiciária Eleitoral é um dos objetivos da gestão de Salazar que pretende realizar a nível local cursos de atualização, seminários na área do Direito Eleitoral para juízes, promotores eleitorais, servidores nas diversas áreas de atividades e advogados que militam na área do Direito e Processo Eleitoral, o que, com certeza, trará benefícios incalculáveis para a justiça eleitoral.

Em que pese as medidas tomadas pelo TSE, com a pretensão de motivar e assegurar a efetiva participação feminina no processo eleitoral, ela acredita que é necessário implementar políticas de incentivo e valorização da mulher no universo político partidário, nas esferas municipal e estadual.

"A análise desse contexto leva à necessidade de um profundo exame dos fatores sociais, culturais e políticos que nos cercam, bem como de adoção de estratégias de modo a garantir a consolidação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, livre das amarras das desigualdades, cedendo lugar à sistema análogo, significativo de mudança do sistema jurídico, sob o foco constitucional de que a participação das mulheres nas casas legislativas seja uma realidade, em homenagem e respeito ao princípio da isonomia", ratificou a vice-presidente e corregedora.

Sabemos que a tarefa é árdua, as responsabilidades são inúmeras e agudas, mas o desejo de acertar e servir é maior e ferrenho, porque assim idealizo e me proponho e, por certo, com a colaboração de todos os integrantes desta Corte Eleitoral, juízes e servidores, os obstáculos serão transpostos e vencidos os desafios, concluiu Salazar.

Ao saudar os novos empossados, o juiz Cristiano Simas, membro da Corte, destacou a firmeza, inteligência e praticidade do desembargador Joaquim que sempre buscou dignificar suas ações e pensamentos construindo em torno de si grande respeitabilidade e colaborando decisivamente para o engrandecimento do poder judiciário maranhense. Já a desembargador Ângela Salazar foi reconhecida pelo magistrado pela sua sensibilidade e pelo trabalho profissional a exemplo do desenvolvido na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar onde, com competência e sensibilidade, atuou de forma decisiva no combate a esta chaga que ainda atormenta a comunidade maranhense.

Composição do TRE

A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Ângela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juízes de direito Lavínia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Luis Fernando Xavier e Gilson Ramalho - que são membros substitutos - estão na interinidade dos cargos enquanto os efetivos não são nomeados. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

Após reunir com prefeitos da Grande Ilha, Dino descarta lockdown

Em reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís e com membros do legislativo e judiciário, o governador Flávio Dino (PCdoB) afirmou nesta segunda (1º) que está descartado, no momento, a decisão sobre um "lockdown" em todo o estado. No entanto, Dino anunciou que serão tomadas medidas de restrição a aglomerações nos próximos 10 dias.

Houve um consenso no sentido de não ter lockdown. Nós estamos descartando nesse momento, ou seja, nesta semana, qualquer decisão sobre o lockdown. O que nós faremos, muito provavelmente, é a edição de normas e de decisão de vários órgãos que aqui estão no sentido de fazer com que certas atividades deixem de ocorrer durante um período, provavelmente 10 dias. Nós teremos restrições para grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos. Nós iremos fazer essa suspensão, porque são oportunidades para que o coronavírus se prolifere. (...) Essas restrições serão debatidas por mim com as entidades empresariais. E haverá outras consultas a outras entidades, sindicatos e somente após esse diálogo, é que vamos editar o decreto, afirmou Dino.

O governador também declarou que o serviço público estadual terá as atividades suspensas por 10 dias. Disse ainda que está sendo trabalhado, em conjunto com os prefeitos, a possibilidade de punir com mais rigor quem não usa máscaras.

Também vamos adotar medidas concernentes ao serviço público estadual, isso tanto ao poder executivo, quanto aos demais órgãos, aos demais poderes (...). Sabemos que os servidores públicos são grandes conjuntos, contingente que se movimenta na cidade, sobrecarrega, por exemplo, o sistema de transporte. Por isso, nós teremos a suspensão do trabalho presencial no serviço público estadual por 10 dias, aproximadamente.

Nós deliberamos também a constituição de uma força-tarefa do estado com os municípios, e a participação dos outros poderes do estado, para que nós possamos fiscalizar e punir intensamente quem não usar máscara em vias públicas, completou Dino.

Já o secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, reafirmou que existe uma sobrecarga no sistema de saúde do estado e reforçou que as medidas restritivas são para não ocorrer um colapso nos próximos dias.

"A gente de fato tem um estresse muito grande do sistema de saúde do Maranhão, seja em Imperatriz, seja em São Luís, seja na região de Santa Inês também, ou na região Bacabal. A gente tem um número de solicitação diárias muito maior que a média dos últimos três ou quatro meses. Então essas medidas são indispensáveis para que a gente não tenha um colapso do sistema de saúde, para que a gente não tenha pessoas perdendo a vida sem ter leito hospitalar. Por isso a gente tem que tomar essas medidas neste momento, tem que haver restrição social, tem que haver restrição de pessoas, para que a gente possa conter a disseminação da doença", afirmou Lula.

Participaram da reunião:

Alberto Pessoa Bastos - Defensor Público Geral

Eduardo Nicolau - Procurador-geral de Justiça
Lourival Serejo - Presidente do Tribunal de Justiça (TJ)
Othelino Neto - Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão
Eduardo Braide - Prefeito de São Luís
Dr. Julinho - Prefeito de São José de Ribamar
Eudes - Prefeito de Raposa
Paula - Prefeita de Paço do Lumiar
Marcos Pacheco - Secretário estadual
Carlos Lula - Secretário estadual
Diego Galdino - Secretário estadual
Simplício Araújo - Secretário estadual
Marcelo Tavares - Secretário estadual
Márcio Jerry - Secretário estadual
Pref. Erlanio Xavier - Presidente da FAMEM
Washington Oliveira - Vice-presidente do TCE
Joyce Santos - Superintendente do Hospital Universitário da UFMA

Fonte: G1MA

Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

"Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente", informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

"Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes", acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

"Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara", disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

"O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisem ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia", concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

"Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente", informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

"Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes", acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

"Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara", disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

"O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisem ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia", concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Governador dialoga com chefes dos Poderes, Federação dos Municípios e prefeitos sobre novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1^º) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos”, disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

“Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando”, garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

“Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625”, pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. “Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social”, garantiu o governador Flávio Dino.

Governador dialoga com chefes dos Poderes, Federação dos Municípios e prefeitos sobre novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1^o) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos”, disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

“Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando”, garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

“Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625”, pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. “Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social”, garantiu o governador Flávio Dino.

Governo descarta lockdown, mas suspende presença nos órgãos públicos por 10 dias e prevê medidas mais duras

Entre Carlos Lula, Lourival Serejo e Othelino Neto, Flávio Dino anuncia descarte do lockdown, decidido na reunião com prefeitos e outras autoridades sobre a crise sanitária

O Governo do Maranhão não recorrerá ao lockdown como medida para conter a onda em curso do novo coronavírus na Ilha de São Luís e nas grandes cidades do interior do estado, como Imperatriz, por exemplo. Em compensação, adotará um elenco de duras restrições a aglomerações, circulação desnecessária, com fiscalização intensa, e procedimentos, como o uso de máscara e da higienização com álcool em gel, que serão definidas após diálogo com setores da área econômica, a serem realizadas hoje. "Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino (PCdoB), após reunião com os presidentes do Poder Legislativo, deputado Othelino Neto (PCdoB), do Poder Judiciário, desembargador Lourival Serejo, do procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, dos prefeitos de São Luís, Eduardo Braide (Podemos), de São José de Ribamar, Júlio Matos (PL), de Paço do Lumiar, Paula da Pindoba (PCdoB), e de Raposa, Eudes Barros (PL), do secretário de Saúde e presidente do Conass, Carlos Lula, do vice-presidente do Tribunal de Contas, Washington Oliveira, além do reitor da UFMA, Natalino Salgado, e vários secretários.

Foi uma reunião de peso e exemplar, a começar pelo fato de ter colocado na mesma mesa, com voz e voto, os chefes dos três Poderes, do Ministério Público, e os mandatários dos quatro municípios da Ilha, que respondem por um total aproximado de 1,5 milhão de habitantes. O grau de importância do evento pode ser medido, por exemplo, com o fato de que levou o novo prefeito de São Luís, Eduardo Braide, pela primeira vez ao Palácio dos Leões. Dados como esses demonstram que, ao contrário do que está acontecendo no plano federal e em alguns Estados, o governador Flávio Dino, mesmo mantendo inalteradas suas posições políticas, tem capacidade de separar as coisas em questões que envolvem o interesse maior da população, como é o caso da pandemia.

Durante a reunião, o governador apresentou um balanço consistente da situação da pandemia no Maranhão, com números e informações detalhadas sobre as medidas adotadas até aqui com relação à estrutura hospitalar. Em seguida, ouviu as demandas de cada prefeito da Ilha, trocou sugestões com os chefes de Poder e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Na exposição, o governador mostrou as demandas de Imperatriz e São Luís por leitos em outubro de 2020 e em fevereiro deste ano para ilustrar a escalada do vírus: em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual, em fevereiro deste ano, foram 774 solicitações. Já em Imperatriz foram 145 solicitações em outubro e 625 em fevereiro. E completou informando que só neste ano o Governo do Estado já abriu 500 leitos exclusivos para Covid-19.

O resultado prático da reunião será conhecido em decreto a ser editado hoje, após uma rodada de conversas complementares com representantes da sociedade organizada, especialmente os do segmento econômico. Mas no próprio encontro foram definidas medidas em seguida reveladas pelo governador Flávio Dino: suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, expansão de linhas de ônibus, aumento do número de leitos hospitalares, abrangendo Estado e Prefeituras, bem como a formação de uma força-tarefa com os municípios, com a participação dos outros Poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Se após 10 dias as medidas não forem suficientes para conter o atual ciclo de avanço do novo coronavírus, outras,

mais abrangentes e mais rígidas, serão adotadas.

Como se vê, o Palácio dos Leões sediou ontem um evento maiúsculo destinado a intensificar o combate ao novo coronavírus, reforçando o fato de que o Maranhão tem sido referência nessa luta. Exatamente por que tem um Governo administrativamente eficiente e politicamente correto.

Governo descarta lockdown, mas suspende presença nos órgãos públicos por 10 dias e prevê medidas mais duras

Entre Carlos Lula, Lourival Serejo e Othelino neto, Flávio Dino anuncia descarte do lockdown, decidido na reunião com prefeitos e outras autoridades sobre a crise sanitária

O Governo do Maranhão não recorrerá ao lockdown como medida para conter a onda em curso do novo coronavírus na Ilha de São Luís e nas grandes cidades do interior do estado, como Imperatriz, por exemplo. Em compensação, adotará um elenco de duras restrições a aglomerações, circulação desnecessária, com fiscalização intensa, e procedimentos, como o uso de máscara e da higienização com álcool em gel, que serão definidas após diálogo com setores da área econômica, a serem realizadas hoje. "Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino (PCdoB), após reunião com os presidentes do Poder Legislativo, deputado Othelino Neto (PCdoB), do Poder Judiciário, desembargador Lourival Serejo, do procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, dos prefeitos de São Luís, Eduardo Braide (Podemos), de São José de Ribamar, Júlio Matos (PL), de Paço do Lumiar, Paula da Pindoba (PCdoB), e de Raposa, Eudes Barros (PL), do secretário de Saúde e presidente do Conass, Carlos Lula, do vice-presidente do Tribunal de Contas, Washington Oliveira, além do reitor da UFMA, Natalino Salgado, e vários secretários.

Foi uma reunião de peso e exemplar, a começar pelo fato de ter colocado na mesma mesa, com voz e voto, os chefes dos três Poderes, do Ministério Público, e os mandatários dos quatro municípios da Ilha, que respondem por um total aproximado de 1,5 milhão de habitantes. O grau de importância do evento pode ser medido, por exemplo, com o fato de que levou o novo prefeito de São Luís, Eduardo Braide, pela primeira vez ao Palácio dos Leões. Dados como esses demonstram que, ao contrário do que está acontecendo no plano federal e em alguns Estados, o governador Flávio Dino, mesmo mantendo inalteradas suas posições políticas, tem capacidade de separar as coisas em questões que envolvem o interesse maior da população, como é o caso da pandemia.

Durante a reunião, o governador apresentou um balanço consistente da situação da pandemia no Maranhão, com números e informações detalhadas sobre as medidas adotadas até aqui com relação à estrutura hospitalar. Em seguida, ouviu as demandas de cada prefeito da Ilha, trocou sugestões com os chefes de Poder e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Na exposição, o governador mostrou as demandas de Imperatriz e São Luís por leitos em outubro de 2020 e em fevereiro deste ano para ilustrar a escalada do vírus: em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual, em fevereiro deste ano, foram 774 solicitações. Já em Imperatriz foram 145 solicitações em outubro e 625 em fevereiro. E completou informando que só neste ano o Governo do Estado já abriu 500 leitos exclusivos para Covid-19.

O resultado prático da reunião será conhecido em decreto a ser editado hoje, após uma rodada de conversas complementares com representantes da sociedade organizada, especialmente os do segmento econômico. Mas no próprio encontro foram definidas medidas em seguida reveladas pelo governador Flávio Dino: suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, expansão de linhas de ônibus, aumento do número de leitos hospitalares, abrangendo Estado e Prefeituras, bem como a formação de uma força-tarefa com os municípios, com a participação dos outros Poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Se após 10 dias as medidas não forem suficientes para conter o atual ciclo de avanço do novo coronavírus, outras,

mais abrangentes e mais rígidas, serão adotadas.

Como se vê, o Palácio dos Leões sediou ontem um evento maiúsculo destinado a intensificar o combate ao novo coronavírus, reforçando o fato de que o Maranhão tem sido referência nessa luta. Exatamente por que tem um Governo administrativamente eficiente e politicamente correto.

PÉ NO FREIO - Corregedoria Nacional suspende todas as inspeções agendadas

1 de março de 2021, 20h28

A Corregedoria Nacional de Justiça decidiu suspender as inspeções agendadas no primeiro e no segundo trimestres deste ano, por meio da Portaria nº 18/2021. A medida foi tomada devido à tendência de alta no contágio e nos óbitos pela Covid-19. Com a situação, diversas unidades da Federação, inclusive o Distrito Federal, impuseram o lockdown, ou seja, a ampliação das medidas de distanciamento com a redução da circulação de pessoas como prevenção ao contágio do novo coronavírus.

O Tribunal de Justiça do Maranhão fazia parte dos agendamentos da Corregedoria Nacional

Divulgação

Foram suspensas, por dois meses, as inspeções nos Tribunais de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), do Rio Grande do Norte (TJ-RN), do Distrito Federal e dos Territórios (TJ-DFT), de Roraima (TJ-RR), de Mato Grosso do Sul (TJ-MS), do Maranhão (TJ-MA), de Pernambuco (TJ-PE) e do Piauí (TJ-PI).

Durante esse período de suspensão dos trabalhos de inspeção, a Corregedoria atuará na apreciação de procedimentos administrativos e nas demais atividades de sua competência, sem prejuízo de instaurar correições para apuração de fatos determinados relacionados a deficiências graves dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro

As portarias anteriores serão oportunamente alteradas para divulgação das novas datas, mantendo-se a ordem das inspeções já programadas para ocorrer nos Tribunais de Justiça.

Inspeções

As inspeções estão previstas no Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para verificar o funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades. As visitas resultam na produção de relatórios que apontam as deficiências e as boas práticas encontradas. Em alguns casos, a Corregedoria Nacional instaura sindicância investigativa para aprofundar fatos percebidos como graves apontados em relatório de inspeção ou correição.

Cada inspeção tem a duração de cerca de cinco dias, período no qual é verificado o funcionamento dos setores administrativos e judiciais das unidades. Os procedimentos de fiscalização podem contar com o apoio de servidores e magistrados de Tribunais e de técnicos de órgãos como Controladoria Geral da União (CGU), Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Tribunais de Contas. Com informações da assessoria do CNJ.

Othelino Neto discute medidas contra a Covid-19 no Maranhão

O presidente da Assembleia anuncia suspensão de atividades presenciais na Alema por uma semana

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (1º), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da reunião emergencial, convocada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), para discutir novas medidas de restrições contra a Covid-19, diante da curva de crescimento de casos no estado e sobrecarga das redes pública e privada de saúde da Grande Ilha.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos. “O cenário ideal seria o lockdown mas, neste momento, não será possível pelas implicações sociais. Por isso, em consenso, com o objetivo de preservar a saúde dos maranhenses, decidimos tomar medidas mais restritivas em locais de maior aglomeração”, disse.

Na reunião, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown nos próximos dias e apresentou algumas medidas para combater o avanço da doença, entre elas, a ampliação das linhas de ônibus e o reforço em relação ao uso de máscaras. O chefe do Executivo disse ainda que haverá restrições mais rigorosas para grandes aglomerações.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos

“Em face da elevação do número de casos do novo coronavírus, é imprescindível que tenhamos mais restrições em atividades de maior aglomeração. Houve, contudo, um consenso, no sentido de não haver lockdown nesta semana, porém, faremos a edição de normas e decisões de vários órgãos para que certas atividades deixem de ocorrer por um período, principalmente em grandes aglomerações”, esclareceu o governador.

Em seguida, Flávio Dino explicou que o decreto governamental será disponibilizado nesta terça-feira (2), após diálogo com entidades empresariais. “Somente após essa reunião, editaremos o decreto, com os detalhes definitivos. Queremos que o empresariado participe, porque é responsável conosco, como por exemplo, ao que se refere ao uso de máscaras nos estabelecimentos”, completou.

Presidente da Assembleia conversa com a imprensa durante coletiva

Presidente da Assembleia conversa com a imprensa durante coletiva

O secretário de Estado de Saúde e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Lula, ressaltou que, para a decisão em conjunto, foram avaliados o crescimento no número de casos da COVID-19 e a impossibilidade do sistema público de saúde atender todas as demandas.

“De fato, estamos com um estresse muito forte no sistema de saúde do Maranhão, principalmente em São Luís, Imperatriz, Bacabal e Santa Inês, onde temos solicitação de leitos maior que a média. Essas medidas, nesse momento, são indispensáveis para que não tenhamos um colapso na saúde. Por isso, a necessidade de medida extrema de restrição social”, enfatizou Lula.

O encontro reuniu ainda representantes dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública, além de prefeitos da região metropolitana de São Luís e outras autoridades.

Serviço Público remoto

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assim como os demais órgãos públicos e Prefeituras da Grande Ilha de São Luís, suspenderá as atividades presenciais por uma semana, a partir da próxima segunda-feira (8).

A suspensão das atividades presenciais na Assembleia Legislativa está em conformidade com as decisões tomadas na reunião com o governador, para conter o avanço do novo coronavírus entre os servidores e parlamentares, limitando a circulação de pessoas e permitindo o trabalho remoto.

Segundo Othelino, a Assembleia segue uma série de protocolos desde o início da pandemia. “Manteremos nossa Resolução Legislativa estabelecendo uma série de protocolos internos desde o início da pandemia. Nós não revogamos, então, a manteremos. O que teremos de novo é que, na semana que vem, teremos as atividades de forma remota”, explicou o parlamentar, enfatizando, ainda, que a decisão, em conjunto com os outros órgãos, será importante para diminuir o nível de contaminação na região metropolitana.

Othelino Neto discute medidas contra a Covid-19 no Maranhão

O presidente da Assembleia anuncia suspensão de atividades presenciais na Alema por uma semana

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (1º), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da reunião emergencial, convocada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), para discutir novas medidas de restrições contra a Covid-19, diante da curva de crescimento de casos no estado e sobrecarga das redes pública e privada de saúde da Grande Ilha.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos. “O cenário ideal seria o lockdown mas, neste momento, não será possível pelas implicações sociais. Por isso, em consenso, com o objetivo de preservar a saúde dos maranhenses, decidimos tomar medidas mais restritivas em locais de maior aglomeração”, disse.

Na reunião, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown nos próximos dias e apresentou algumas medidas para combater o avanço da doença, entre elas, a ampliação das linhas de ônibus e o reforço em relação ao uso de máscaras. O chefe do Executivo disse ainda que haverá restrições mais rigorosas para grandes aglomerações.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos

“Em face da elevação do número de casos do novo coronavírus, é imprescindível que tenhamos mais restrições em atividades de maior aglomeração. Houve, contudo, um consenso, no sentido de não haver lockdown nesta semana, porém, faremos a edição de normas e decisões de vários órgãos para que certas atividades deixem de ocorrer por um período, principalmente em grandes aglomerações”, esclareceu o governador.

Em seguida, Flávio Dino explicou que o decreto governamental será disponibilizado nesta terça-feira (2), após diálogo com entidades empresariais. “Somente após essa reunião, editaremos o decreto, com os detalhes definitivos. Queremos que o empresariado participe, porque é responsável conosco, como por exemplo, ao que se refere ao uso de máscaras nos estabelecimentos”, completou.

Presidente da Assembleia conversa com a imprensa durante coletiva

Presidente da Assembleia conversa com a imprensa durante coletiva

O secretário de Estado de Saúde e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Lula, ressaltou que, para a decisão em conjunto, foram avaliados o crescimento no número de casos da COVID-19 e a impossibilidade do sistema público de saúde atender todas as demandas.

“De fato, estamos com um estresse muito forte no sistema de saúde do Maranhão, principalmente em São Luís, Imperatriz, Bacabal e Santa Inês, onde temos solicitação de leitos maior que a média. Essas medidas, nesse momento, são indispensáveis para que não tenhamos um colapso na saúde. Por isso, a necessidade de medida extrema de restrição social”, enfatizou Lula.

O encontro reuniu ainda representantes dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública, além de prefeitos da região metropolitana de São Luís e outras autoridades.

Serviço Público remoto

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assim como os demais órgãos públicos e Prefeituras da Grande Ilha de São Luís, suspenderá as atividades presenciais por uma semana, a partir da próxima segunda-feira (8).

A suspensão das atividades presenciais na Assembleia Legislativa está em conformidade com as decisões tomadas na reunião com o governador, para conter o avanço do novo coronavírus entre os servidores e parlamentares, limitando a circulação de pessoas e permitindo o trabalho remoto.

Segundo Othelino, a Assembleia segue uma série de protocolos desde o início da pandemia. “Manteremos nossa Resolução Legislativa estabelecendo uma série de protocolos internos desde o início da pandemia. Nós não revogamos, então, a manteremos. O que teremos de novo é que, na semana que vem, teremos as atividades de forma remota”, explicou o parlamentar, enfatizando, ainda, que a decisão, em conjunto com os outros órgãos, será importante para diminuir o nível de contaminação na região metropolitana.

Convênio entre Justiça do Maranhão e Município de São Luís vai aprimorar gestão fiscal

Parceria vai permitir agilizar a arrecadação de tributos municipais.

DIVULGAÇÃO/CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

01/03/2021 às 21h47

Convênio entre Justiça do Maranhão e Município de São Luís vai aprimorar gestão fiscal

A assinatura contou ainda com a presença do procurador Marcelo Duailibe; da procuradora fiscal, Anne Karole S. Fontenelle; e do secretário municipal de Fazenda, José Azollini. (Foto: divulgação)

SÃO LUÍS - O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, e o procurador-geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe, assinaram na tarde desta segunda-feira, 1º, convênio de cooperação para fornecimento de informações sobre a existência e inexistência de bens imóveis para a instrução de processos de execução fiscal referentes à cobrança de impostos municipais.

O Poder Judiciário, por meio do serviço extrajudicial, concederá acesso à Procuradoria Geral do Município das informações atualizadas de todos os proprietários de imóveis da capital, assegurando que a Procuradoria implemente medidas extrajudiciais com mais agilidade. O convênio permitirá mais eficiência na arrecadação de tributos, a exemplo do IPTU.

"O aprimoramento e o avanço das instituições depende sobretudo desse tipo de cooperação institucional. (...) A expectativa é que o cidadão tenha consciência, responsabilidade, faça o pagamento dos seus tributos e cumpra com suas obrigações, mas a medida que ele não o faça, o aparato do Estado deve estar à disposição da administração pública municipal para que ela possa recolher esses tributos e cumprir as políticas públicas que são tão importantes para a sociedade", explicou o desembargador Velten sobre a parceria com o município.

Segundo o procurador Bruno Duailibe, a assinatura do convênio dá adeus à burocracia no andamento de processos com esse fim que, antes, eram sempre oficiados fisicamente, gerando custos e morosidade às execuções fiscais. Conforme informação da Procuradoria, São Luís possui uma das piores arrecadações fiscais dentre as capitais brasileiras.

"A partir de agora, o município de São Luís passa a ter um cadastro pronto e acabado com a relação atualizada de todos os proprietários de imóveis da capital, assegurando assim que as medidas extrajudiciais sejam implementadas sem espaço para o erro", comemora Bruno.

Governador descarta lockdown nesse momento no Maranhão

Todas as medidas discutidas na reunião desta segunda-feira (1º) serão analisadas pelo prazo de dez dias a contar da data da publicação do decreto, que acontece nesta terça.

IMIRANTE.COM

01/03/2021 às 19h37

Dino disse, ainda, que a partir desta terça-feira (2) começa a debater com o setor privado quais as medidas restritivas. (Foto: Rafaelle Froés / Grupo Mirante)

MARANHÃO - O governador Flávio Dino fez uma reunião, nesta segunda-feira (1º), para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no Estado.

Segundo o governador Flávio Dino (PCdoB), nesse momento não será realizado o lockdown no Estado. Dino disse, ainda, que a partir desta terça-feira (2) começa a debater com o setor privado quais as medidas restritivas serão adotadas na Gande Ilha (São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) e nas outras cidades mais afetadas pelo novo coronavírus (Covid-19).

Flávio Dino falou que uma das primeiras ações que irá tomar para conter a Covid-19 no Maranhão será a suspensão do funcionalismo público. Além disso, o governo também deseja fazer uma expansão do transporte público em São Luís.

"Houve um consenso no sentido de não ter lockdown. Nós estamos descartando nesse momento, ou seja, nesta semana, qualquer decisão sobre o lockdown. O que nós faremos, muito provavelmente, é a edição de normas e de decisão de vários órgãos que aqui estão no sentido de fazer com que certas atividades deixem de ocorrer durante um período, provavelmente 10 dias. Nós teremos restrições para grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos. Nós iremos fazer essa suspensão, porque são oportunidades para que o coronavírus se prolifere", disse Flávio Dino.

Todas as medidas discutidas na reunião desta segunda-feira (1º) serão analisadas pelo prazo de dez dias a contar da data da publicação do decreto, que acontece nesta terça. Caso haja agravamento da situação epidemiológica no Estado, as medidas poderão ser revistas.

Estiveram presentes na reunião o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, o prefeito de São Luís, Eduardo Braide, o Defensor Público Geral, Alberto Pessoa Bastos, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, o Presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, o Direto Geral do Tribunal de Justiça (TJ), Mario Lobão, o Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Washington Oliveira, o presidente a Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), Othelino Neto, o secretário da Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), Márcio Jerry, o Procurador do município de Paço do Lumiar, Adolfo Fonseca, a Superintendente do Hospital Universitário da UFMA, Joyce Santos, o Prefeito de Raposa, Eudes Barros, o Vice-prefeito Raposa, Márcio Greik, a Ass. da Secetraria de Saúde de Raposa, Mauriane Moura, o prefeito de São José de Ribamar, Dr. Julinho, o Secretário Adjunto Comunicação de São Luís, Igor Almeida, o Secretário-chefe, Marcelo Tavares, o secretário Marcos Pacheco, Simplício Araújo da Seinc, a prefeita de Paço do Lumiar, Paula, o presidente da Famem, Erlânio Xavier, o secretário Diego Galdino, o presidente da Emserh, Marcos Grande, o Chefe do Gabinete Militar, Coronel Leite, Karla Trindade.a de Estado Extraordinária de Articulação das Políticas Públicas.

O secretário de saúde, Carlos Lula, falou sobre as necessidades sanitárias e o número de solicitações diárias no Estado. "Nós fizemos um contexto, entre as necessidades sanitárias e junto com elas, as necessidades sociais, a gente já ter algum tipo de restrição neste momento. É fundamental é isso, ouvir a sociedade, apontar em que sentido, de forma consensual a gente pode caminhar. A gente de fato tem um estresse muito grande do sistema de saúde do Maranhão, seja em Imperatriz, seja em São Luís, seja na região de Santa Inês também, ou na região Bacabal. A gente tem um número de solicitação diárias muito maior que a média dos últimos três ou quatro meses. Então essas medidas são indispensáveis para que a gente não tenha um colapso do sistema de saúde, para que a gente não tenha pessoas perdendo a vida sem ter leito hospitalar. Por isso a gente tem que tomar essas medidas neste momento, tem que haver restrição social, tem que haver restrição de pessoas, para que a gente possa conter a disseminação da doença"

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Carlos Lula, divulgou nesta segunda-feira (1º) uma carta com sugestões de medidas urgentes contra o iminente colapso das redes pública e privada de saúde diante do aumento dos casos do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil.

Segundo o Conass, o país vive pior momento da pandemia, com patamares altos em todas as regiões, que falta condução nacional unificada e coerente da reação à pandemia.

O conselho diz, ainda, que é preciso proibir eventos presenciais, inclusive atividades religiosas, suspender aulas presenciais em todo o país, adotar toque de recolher nacional, fechar bares e praias, ampliar testagem e acompanhamento dos infectados e criar um Plano Nacional de Comunicação para esclarecer a população da gravidade da situação.

Nova cepa no Maranhão

O Maranhão confirmou, na noite de sexta-feira (26), o primeiro caso da variante brasileira P.1 da Covid-19, originalmente identificada no Amazonas. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Boletim SES

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em boletim divulgado na noite desta segunda-feira (1º), que o Maranhão tem 5.074 mortes e 219.632 casos confirmados do novo coronavírus (Covid-19). De acordo com a SES, foram contabilizados 22 óbitos e 318 pessoas infectadas pelo coronavírus nas últimas 24 horas no estado, sendo 102 na Grande Ilha de São Luís, 12 em Imperatriz e 204 nos demais municípios.

Governador descarta lockdown nesse momento no Maranhão

Todas as medidas discutidas na reunião desta segunda-feira (1^o) serão analisadas pelo prazo de dez dias a contar da data da publicação do decreto, que acontece nesta terça.

IMIRANTE.COM

01/03/2021 às 19h37

Dino disse, ainda, que a partir desta terça-feira (2) começa a debater com o setor privado quais as medidas restritivas. (Foto: Rafaelle Froés / Grupo Mirante)

MARANHÃO - O governador Flávio Dino fez uma reunião, nesta segunda-feira (1^o), para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no Estado.

Segundo o governador Flávio Dino (PCdoB), nesse momento não será realizado o lockdown no Estado. Dino disse, ainda, que a partir desta terça-feira (2) começa a debater com o setor privado quais as medidas restritivas serão adotadas na Gande Ilha (São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) e nas outras cidades mais afetadas pelo novo coronavírus (Covid-19).

Flávio Dino falou que uma das primeiras ações que irá tomar para conter a Covid-19 no Maranhão será a suspensão do funcionalismo público. Além disso, o governo também deseja fazer uma expansão do transporte público em São Luís.

"Houve um consenso no sentido de não ter lockdown. Nós estamos descartando nesse momento, ou seja, nesta semana, qualquer decisão sobre o lockdown. O que nós faremos, muito provavelmente, é a edição de normas e de decisão de vários órgãos que aqui estão no sentido de fazer com que certas atividades deixem de ocorrer durante um período, provavelmente 10 dias. Nós teremos restrições para grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos. Nós iremos fazer essa suspensão, porque são oportunidades para que o coronavírus se prolifere", disse Flávio Dino.

Todas as medidas discutidas na reunião desta segunda-feira (1^o) serão analisadas pelo prazo de dez dias a contar da data da publicação do decreto, que acontece nesta terça. Caso haja agravamento da situação epidemiológica no Estado, as medidas poderão ser revistas.

Estiveram presentes na reunião o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, o prefeito de São Luís, Eduardo Braide, o Defensor Público Geral, Alberto Pessoa Bastos, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, o Presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, o Direto Geral do Tribunal de Justiça (TJ), Mario Lobão, o Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Washington Oliveira, o presidente a Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), Othelino Neto, o secretário da Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), Márcio Jerry, o Procurador do município de Paço do Lumiar, Adolfo Fonseca, a Superintendente do Hospital Universitário da UFMA, Joyce Santos, o Prefeito de Raposa, Eudes Barros, o Vice-prefeito Raposa, Márcio Greik, a Ass. da Secetraria de Saúde de Raposa, Mauriane Moura, o prefeito de São José de Ribamar, Dr. Julinho, o Secretário Adjunto Comunicação de São Luís, Igor Almeida, o Secretário-chefe, Marcelo Tavares, o secretário Marcos Pacheco, Simplício Araújo da Seinc, a prefeita de Paço do Lumiar, Paula, o presidente da Famem, Erlânio Xavier, o secretário Diego Galdino, o presidente da Emserh, Marcos Grande, o Chefe do Gabinete Militar, Coronel Leite, Karla Trindade.a de Estado Extraordinária de Articulação das Políticas Públicas.

O secretário de saúde, Carlos Lula, falou sobre as necessidades sanitárias e o número de solicitações diárias no Estado. "Nós fizemos um contexto, entre as necessidades sanitárias e junto com elas, as necessidades sociais, a gente já ter algum tipo de restrição neste momento. É fundamental é isso, ouvir a sociedade, apontar em que sentido, de forma consensual a gente pode caminhar. A gente de fato tem um estresse muito grande do sistema de saúde do Maranhão, seja em Imperatriz, seja em São Luís, seja na região de Santa Inês também, ou na região Bacabal. A gente tem um número de solicitação diárias muito maior que a média dos últimos três ou quatro meses. Então essas medidas são indispensáveis para que a gente não tenha um colapso do sistema de saúde, para que a gente não tenha pessoas perdendo a vida sem ter leito hospitalar. Por isso a gente tem que tomar essas medidas neste momento, tem que haver restrição social, tem que haver restrição de pessoas, para que a gente possa conter a disseminação da doença"

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Carlos Lula, divulgou nesta segunda-feira (1^o) uma carta com sugestões de medidas urgentes contra o iminente colapso das redes pública e privada de saúde diante do aumento dos casos do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil.

Segundo o Conass, o país vive pior momento da pandemia, com patamares altos em todas as regiões, que falta condução nacional unificada e coerente da reação à pandemia.

O conselho diz, ainda, que é preciso proibir eventos presenciais, inclusive atividades religiosas, suspender aulas presenciais em todo o país, adotar toque de recolher nacional, fechar bares e praias, ampliar testagem e acompanhamento dos infectados e criar um Plano Nacional de Comunicação para esclarecer a população da gravidade da situação.

Nova cepa no Maranhão

O Maranhão confirmou, na noite de sexta-feira (26), o primeiro caso da variante brasileira P.1 da Covid-19, originalmente identificada no Amazonas. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Boletim SES

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em boletim divulgado na noite desta segunda-feira (1^o), que o Maranhão tem 5.074 mortes e 219.632 casos confirmados do novo coronavírus (Covid-19). De acordo com a SES, foram contabilizados 22 óbitos e 318 pessoas infectadas pelo coronavírus nas últimas 24 horas no estado, sendo 102 na Grande Ilha de São Luís, 12 em Imperatriz e 204 nos demais municípios.

Atendimento remoto

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, órgão da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, debateu a melhoria do atendimento à população durante o período de plantão extraordinário. Até o dia 31 de março, o Judiciário está com o atendimento presencial suspenso, por causa da evolução dos casos de Covid-19 no Maranhão, mas os serviços devem continuar sendo ofertados remotamente à sociedade.

Decisão sobre restrições

Tramita na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís pedido de renovação de medidas restritivas a bares, restaurantes e festas em todo o Maranhão. E como o titular da Vara, Douglas de Melo Martins, entrou de férias, caberá à Jaqueline Caracas decidir. O pedido foi feito pelos defensores públicos estaduais Clarice Bind, do Núcleo de Direitos Humanos, e Cosmo da Silva, do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa.

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Governador Flávio Dino, em reunião nesta segunda-feira, 1, no Palácio dos Leões, com prefeitos da Ilha de São Luís e também de Imperatriz não chegaram a uma conclusão sobre fechamento total das atividades não essenciais no estado

GILBERTO LÉDA/ DA EDITORIA DE POLÍTICA

01/03/2021 às 19h05

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Prefeitos e representantes de outros poderes se reuniram com o governador Flávio Dino no Palácio dos Leões (Divulgação)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), decidiu nesta segunda-feira, 1º, em reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís, de Imperatriz, e autoridades do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE), que ainda não vai decretar lockdown no estado.

O comunista já informou, por outro lado, que determinará a suspensão de atividades presenciais no serviço público por dez dias.

Além disso, é provável que haja novas restrições ao comércio, mas isso será definido apenas terça-feira, 2, após reunião com representantes do empresariado local.

A reunião segue no Palácio dos Leões.

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Governador Flávio Dino, em reunião nesta segunda-feira, 1, no Palácio dos Leões, com prefeitos da Ilha de São Luís e também de Imperatriz não chegaram a uma conclusão sobre fechamento total das atividades não essenciais no estado

GILBERTO LÉDA/ DA EDITORIA DE POLÍTICA

01/03/2021 às 19h05

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Prefeitos e representantes de outros poderes se reuniram com o governador Flávio Dino no Palácio dos Leões (Divulgação)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), decidiu nesta segunda-feira, 1º, em reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís, de Imperatriz, e autoridades do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE), que ainda não vai decretar lockdown no estado.

O comunista já informou, por outro lado, que determinará a suspensão de atividades presenciais no serviço público por dez dias.

Além disso, é provável que haja novas restrições ao comércio, mas isso será definido apenas terça-feira, 2, após reunião com representantes do empresariado local.

A reunião segue no Palácio dos Leões.

Governo espera ouvir empresários antes de decretar novas restrições

Flávio Dino se reuniu com prefeitos da Ilha de São Luís e representantes de outros poderes, mas ainda não vai editar decreto com restrições

GILBERTO LÉDA/ DA EDITORIA DE POLÍTICA

02/03/2021

Governo espera ouvir empresários antes de decretar novas restrições

Flávio Dino se reuniu com representantes de outros poderes na tarde de ontem no Palácio dos Leões (Divulgação)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), decidiu que vai ouvir empresários antes de definir um decreto com novas restrições a atividades consideradas não essenciais no estado como forma de conter a segunda onda da Covid-19.

Após reunião, no Palácio dos Leões, com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís, de Imperatriz, e autoridades da Assembleia Legislativa do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), do Ministério Público do Maranhão (MPMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ele apontou, ainda, que não vai decretar lockdown no estado por ora.

Prefeitos podem determinar o bloqueio total em suas cidades isoladamente, conforme já havia antecipado pelo comunista em manifestação nas redes sociais antes do encontro de ontem.

Outra decisão tomada na reunião diz respeito ao funcionalismo público: segundo o que ficou acordado, o serviço presencial em secretarias e órgãos públicos, de todos os poderes, ficará suspenso por 10 dias, a partir da próxima segunda-feira, 8.

A reunião com empresários e comerciantes deve ocorrer ainda na manhã de hoje, também na sede do governo estadual.

As decisões anunciadas foram tomadas no mesmo dia em que o Maranhão voltou a ver crescer o número de mortes pela Covid-19. Após registrar 20 mortes em dois dias seguidos - no sábado, 27, e no domingo, 28 -, o estado teve 24 mortes computadas na segunda-feira, segundo boletim epidemiológico emitido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Números como esses não eram registrados há praticamente sete meses entre os maranhenses.

Agora, o Maranhão chegou a 219.632 pessoas diagnosticadas com Covid-19 e 5.074 óbitos em decorrência da doença. O número de pacientes ativos também aumentou e chegou a 10.016.

Justiça

Enquanto autoridades e gestores tratam de medidas para conter o avanço da pandemia no estado, segue

tramitando na Justiça local um pedido dos defensores públicos estaduais Clarice Binda, titular do Núcleo de Direitos Humanos, e Cosmo da Silva, titular do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, pela renovação de medidas restritivas a bares, restaurantes e festas em todo o Maranhão.

Caberá à juíza Jaqueline Caracas decidir nos próximos dias o assunto. Por ora, ela responde pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, onde o caso tramita, uma vez que o seu titular, Douglas de Melo Martins, entrou de férias ontem, e só retorna no dia 21.

Na petição a ser despachada por Caracas, os defensores solicitam, ainda, limitação do funcionamento do transporte público urbano à sua ocupação restrita ao número de passageiros sentados, e redução de 50% do número de passageiros do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry boats, com o aumento da frota posta em circulação.

Othelino estuda restrições mais rigorosas na AL

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), afirmou ontem com exclusividade a O Estado que estuda adotar medidas mais rígidas para o funcionamento da Casa, por causa da elevação de casos de Covid-19 na capital.

A avaliação toma por base o número maior de testes positivos para a doença, taxa de ocupação de leitos em hospitais públicos e privados e a preocupação já demonstrada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) sobre a chamada “segunda onda”, com uma nova cepa do vírus em circulação.

“[...] Quanto à Assembleia eu estou avaliando. Nós mantivemos o padrão de restrição de quando se iniciou a pandemia no ano passado. Mas estou avaliando se nós vamos dar um passo mais rigoroso ou não. Vamos esperar os próximos dias para resolver”, adiantou.

Ao citar o padrão de restrições efetivados no ano passado, Othelino fazia referência às principais medidas estabelecidas em Resolução, que dentre outras coisas, determinam: a suspensão temporária do acesso de visitantes e usuários às dependências da Assembleia; a realização de eventos coletivos não-diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das comissões; afastamento temporário de servidoras gestantes e de funcionários com mais de 60 anos de idade - cujas funções passaram a ser exercidas por meio de critérios de execução e controle definidos pela chefia imediata por um prazo específico -, além de sessões plenárias remotas.

Governo espera ouvir empresários antes de decretar novas restrições

Flávio Dino se reuniu com prefeitos da Ilha de São Luís e representantes de outros poderes, mas ainda não vai editar decreto com restrições

GILBERTO LÉDA/ DA EDITORIA DE POLÍTICA

02/03/2021

Governo espera ouvir empresários antes de decretar novas restrições

Flávio Dino se reuniu com representantes de outros poderes na tarde de ontem no Palácio dos Leões (Divulgação)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), decidiu que vai ouvir empresários antes de definir um decreto com novas restrições a atividades consideradas não essenciais no estado como forma de conter a segunda onda da Covid-19.

Após reunião, no Palácio dos Leões, com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís, de Imperatriz, e autoridades da Assembleia Legislativa do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), do Ministério Público do Maranhão (MPMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ele apontou, ainda, que não vai decretar lockdown no estado por ora.

Prefeitos podem determinar o bloqueio total em suas cidades isoladamente, conforme já havia antecipado pelo comunista em manifestação nas redes sociais antes do encontro de ontem.

Outra decisão tomada na reunião diz respeito ao funcionalismo público: segundo o que ficou acordado, o serviço presencial em secretarias e órgãos públicos, de todos os poderes, ficará suspenso por 10 dias, a partir da próxima segunda-feira, 8.

A reunião com empresários e comerciantes deve ocorrer ainda na manhã de hoje, também na sede do governo estadual.

As decisões anunciadas foram tomadas no mesmo dia em que o Maranhão voltou a ver crescer o número de mortes pela Covid-19. Após registrar 20 mortes em dois dias seguidos - no sábado, 27, e no domingo, 28 -, o estado teve 24 mortes computadas na segunda-feira, segundo boletim epidemiológico emitido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Números como esses não eram registrados há praticamente sete meses entre os maranhenses.

Agora, o Maranhão chegou a 219.632 pessoas diagnosticadas com Covid-19 e 5.074 óbitos em decorrência da doença. O número de pacientes ativos também aumentou e chegou a 10.016.

Justiça

Enquanto autoridades e gestores tratam de medidas para conter o avanço da pandemia no estado, segue

tramitando na Justiça local um pedido dos defensores públicos estaduais Clarice Binda, titular do Núcleo de Direitos Humanos, e Cosmo da Silva, titular do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, pela renovação de medidas restritivas a bares, restaurantes e festas em todo o Maranhão.

Caberá à juíza Jaqueline Caracas decidir nos próximos dias o assunto. Por ora, ela responde pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, onde o caso tramita, uma vez que o seu titular, Douglas de Melo Martins, entrou de férias ontem, e só retorna no dia 21.

Na petição a ser despachada por Caracas, os defensores solicitam, ainda, limitação do funcionamento do transporte público urbano à sua ocupação restrita ao número de passageiros sentados, e redução de 50% do número de passageiros do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry boats, com o aumento da frota posta em circulação.

Othelino estuda restrições mais rigorosas na AL

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), afirmou ontem com exclusividade a O Estado que estuda adotar medidas mais rígidas para o funcionamento da Casa, por causa da elevação de casos de Covid-19 na capital.

A avaliação toma por base o número maior de testes positivos para a doença, taxa de ocupação de leitos em hospitais públicos e privados e a preocupação já demonstrada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) sobre a chamada “segunda onda”, com uma nova cepa do vírus em circulação.

“[...] Quanto à Assembleia eu estou avaliando. Nós mantivemos o padrão de restrição de quando se iniciou a pandemia no ano passado. Mas estou avaliando se nós vamos dar um passo mais rigoroso ou não. Vamos esperar os próximos dias para resolver”, adiantou.

Ao citar o padrão de restrições efetivados no ano passado, Othelino fazia referência às principais medidas estabelecidas em Resolução, que dentre outras coisas, determinam: a suspensão temporária do acesso de visitantes e usuários às dependências da Assembleia; a realização de eventos coletivos não-diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das comissões; afastamento temporário de servidoras gestantes e de funcionários com mais de 60 anos de idade - cujas funções passaram a ser exercidas por meio de critérios de execução e controle definidos pela chefia imediata por um prazo específico -, além de sessões plenárias remotas.

Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município

Fonte: Assessoria

Data de publicação: 02/03/2021

Foto: Reprodução

O prefeito Eduardo Braide participou, nessa segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

“Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

“Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara”, disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Flávio Dino suspende eventos e afirma que não vai decretar lockdown no Maranhão

Uma possível restrição no funcionamento do comércio só será decidido nesta terça-feira (2)

Fonte: Da redação

Data de publicação: 01/03/2021

Foto: Reprodução

O governador Flávio Dino afirmou nesta segunda-feira (1^o) que não irá decretar, neste momento, lockdown no Maranhão. A decisão veio após reunião com representantes dos poderes legislativo, executivo e com prefeitos da Ilha de São Luís.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações”, disse.

Com isso, eventos, mesmo aqueles com até 150 pessoas – não serão mais permitidos. A partir de segunda-feira (8), haverá suspensão de atividades presenciais no serviço público por 10 dias.

Uma possível restrição no funcionamento do comércio só será decidido nesta terça-feira (2), após reunião com representantes do setor.

“Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando”, garantiu o governador.

Nesta segunda o Maranhão chegou a marca de 10 mil casos ativos da Covid-19.

Flávio Dino suspende eventos e afirma que não vai decretar lockdown no Maranhão

Uma possível restrição no funcionamento do comércio só será decidido nesta terça-feira (2)

Fonte: Da redação

Data de publicação: 01/03/2021

Foto: Reprodução

O governador Flávio Dino afirmou nesta segunda-feira (1^o) que não irá decretar, neste momento, lockdown no Maranhão. A decisão veio após reunião com representantes dos poderes legislativo, executivo e com prefeitos da Ilha de São Luís.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações”, disse.

Com isso, eventos, mesmo aqueles com até 150 pessoas – não serão mais permitidos. A partir de segunda-feira (8), haverá suspensão de atividades presenciais no serviço público por 10 dias.

Uma possível restrição no funcionamento do comércio só será decidido nesta terça-feira (2), após reunião com representantes do setor.

“Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando”, garantiu o governador.

Nesta segunda o Maranhão chegou a marca de 10 mil casos ativos da Covid-19.

Governo e empresários chegam a um acordo e lockdown não vai ser decretado no Maranhão

Governador convidou empresários para enfrentamento conjunto

Nesta terça-feira (02) o governador Flávio Dino (PCdoB) reuniu representantes da classe empresarial para debaterem novas ações para conter a disseminação da covid-19 no Maranhão. Ficou definido que não há necessidade de decretação de lockdown.

“O Maranhão foi o estado que primeiro iniciou a abertura das atividades econômicas. Tivemos um regime rigoroso por um período curto de tempo, razão pela qual chegamos ao final do ano com resultados econômicos que atestaram que tivemos um senso de proporcionalidade no manejo das medidas preventivas”, lembrou o governador.

Para o secretário estadual de Indústria e Comércio, Simplício Araújo, três pontos foram cruciais no diálogo desta terça-feira (02):

Parceria entre o poder público e privado na divulgação da importância do uso de máscaras para toda a população;

Interlocução junto à FAMEM para fortalecer o diálogo com os municípios

Parceria com os hospitais privados de São Luís e Imperatriz sobre a possibilidade de aumentar o número de leitos disponíveis na rede privada.

Diálogo com representantes da classe empresarial maranhense (Foto: Saulo Marino)

Avaliação - “Essa reunião foi muito importante porque tivemos a oportunidade de trazer ao Governo do Estado o que os empresários pensam sobre as medidas restritivas neste momento. Neste momento o lockdown foi descartado porque é uma medida limite. Nós entendemos junto com o governador que não há necessidade ainda. No entanto, medidas educativas, de fiscalização, como restrições de horários, funcionamento de determinadas atividades são essenciais. É muito importante que toda a sociedade se envolva, prefeitos, governador, sociedade, poder privado, empresários, todos juntos podemos vencer essa batalha tão difícil”, disse Edilson Baldez, presidente da Federação das Indústrias (Fiema).

O Governo do Estado dialogou, por meio das secretarias estaduais, com toda a classe empresarial, em mais de 220 reuniões setoriais durante todo o ano.

“Não é falta de diálogo, não é incompreensão, o nosso problema não é a falta de fiscalização. O problema é que temos uma pandemia que não tem manual pré-existente, com uma imprevisibilidade alta e muitos desacertos na condução nacional”, assegurou Dino.

O governador convidou toda a classe empresarial para o enfrentamento conjunto. Durante a reunião, os representantes das classes empresariais dialogaram sobre a importância de campanhas educativas, com a intensificação das fiscalizações, uso de máscaras e distanciamento social.

Eduardo Braide tem primeiro encontro com Flávio Dino desde sua posse, para debater Covid-19

Prefeito apresenta medidas contra a Covid durante reunião no Palácio dos Leões

O prefeito de São Luís, Eduardo Braide (Podemos), teve nesta segunda-feira (1º), o primeiro encontro com o governador Flávio Dino (PCdoB), desde sua posse. Ele participou da reunião no PaláciodosLeões, com os demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e outras autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

Foi um encontro civilizado, porém extremamente formal. Os dois se afastaram desde a eleição municipal de 2016 e o embate entre eles se acirrou ano passado, quando o governador lançou seis candidatos para derrotar Braide e no segundo turno foi para a linha de frente ao sustentar a candidatura de Duarte Júnior.

Durante o encontro., foram tratados apenas temas relacionados à pauta do encontro. “Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou o prefeito.

Ainda durante a reunião, Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Federação dos Municípios (Famem), Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Eduardo Braide tem primeiro encontro com Flávio Dino desde sua posse, para debater Covid-19

Prefeito apresenta medidas contra a Covid durante reunião no Palácio dos Leões

O prefeito de São Luís, Eduardo Braide (Podemos), teve nesta segunda-feira (1º), o primeiro encontro com o governador Flávio Dino (PCdoB), desde sua posse. Ele participou da reunião no PaláciodosLeões, com os demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e outras autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

Foi um encontro civilizado, porém extremamente formal. Os dois se afastaram desde a eleição municipal de 2016 e o embate entre eles se acirrou ano passado, quando o governador lançou seis candidatos para derrotar Braide e no segundo turno foi para a linha de frente ao sustentar a candidatura de Duarte Júnior.

Durante o encontro, foram tratados apenas temas relacionados à pauta do encontro. “Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou o prefeito.

Ainda durante a reunião, Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contemham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Federação dos Municípios (Famem), Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Suspeito de homicídio que estava foragido desde 2015 é preso em São Luís

De acordo com informações da polícia, o homem já tinha sido indiciado pelo crime de homicídio

Na tarde desta segunda-feira (01), a Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e da equipe do 12º Delegacia do Maracanã, cumpriu um mandado de prisão contra um homem que estava foragido desde 2015.

Leia também: Filho mata pai com tiro na cabeça durante discussão em Caxias

O suspeito, conhecido como "Pato", é investigado por vários crimes de roubos, sendo um deles ocorrido em 13 de dezembro do ano passado, às margens da BR 316, no Bairro Arraial. De acordo com informações da polícia, o homem já tinha sido indiciado pelo crime de homicídio, que vitimou Valdivino do Nascimento, em 20 de outubro de 2020.

O investigado foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde fica à disposição de Justiça.

Outro caso

Ainda nesta segunda-feira (01), a Polícia Civil do Estado do Maranhão cumpriu um mandado de prisão preventiva contra um homem, identificado apenas pelas iniciais A.S.S. O suspeito é investigado pelo suposto homicídio de Reginaldo de Almeida Santos, primeiro do autuado. O crime aconteceu em janeiro de 2015, durante uma discussão, no povoado Cachoeira do Pesqueiro, em Grajaú.

Em depoimento, o homem confessou o homicídio e disse também golpeou o primo no abdômen com uma faca, após uma bebedeira.

A prisão foi realizada pela Delegacia de Polícia Civil de Grajaú, pertencente a 15ª Delegacia Regional de Barra do Corda, e teve apoio da Guarda Municipal. O mandado foi expedido pela 2ª Vara da Comarca de Grajaú.

O autuado foi encaminhado para a Unidade Prisional da Grajaú, onde fica à disposição da Justiça.

Flávio Dino e representantes decidem ainda não decretar lockdown

A reunião que ocorreu nesta segunda-feira (01) contou com a presença de prefeitos municipais da grande São Luís, de Imperatriz e outros representantes de instituições

Por: da Redação

01 de Março de 2021

Nesta segunda-feira (01), o governador Flávio Dino, juntamente dos prefeitos municipais da grande São Luís e de Imperatriz, decidiu que o lockdown ainda não será decretado no estado do Maranhão. A reunião também contou com a presença e decisão de representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).

Ainda em reunião, também foi decidido que a partir da próxima segunda-feira (08) as atividades presenciais de órgãos públicos serão suspensas dentro do período de dez dias.

Outra medida decidida foi de que eventos presenciais não serão mais permitidos dentro do estado, incluindo aqueles que possuem até 150 pessoas que anteriormente estavam sendo permitidos.

Sobre o comércio e demais atividades do ramo, ainda não há determinações oficiais a respeito, mas há indícios de que novas medidas de restrições sejam tomadas com relação a esse setor. No entanto, apenas após o encontro entre o governador e representantes do comércio que ocorrerá na terça-feira (02), as restrições serão tomadas.

Acordo sobre concurso da Câmara define preenchimento de 10 vagas diretas

Após o acordo, ficou definido que a Câmara efetuará o preenchimento de 10 vagas diretas para completar o percentual de 20% do total exigido em lei

Por: Da redação

01 de Março de 2021

Durante audiência de conciliação, realizada em 23 de fevereiro, o Ministério Público do Maranhão, a Fundação Sousândrade (banca realizadora do concurso) e a Câmara de Vereadores de São Luís firmaram acordo judicial para corrigir o quadro de vagas reservadas a negros e pardos no concurso público, regido pelo Edital nº 001/2018, da casa do Legislativo Municipal.

A audiência se fez necessária após a o MPMA acionar a Câmara Municipal de São Luís por entender que a lei municipal que destinava 20% das vagas em concursos para negros estava sendo descumprida.

Após o acordo, ficou definido que a Câmara efetuará o preenchimento de 10 vagas diretas para completar o percentual de 20% do total exigido em lei destinado a negros e pardos. Também destinará mais 15 vagas em cadastro de reserva. Devem, ainda, proceder, de 9 a 11 de abril, à identificação racial dos convocados, conforme edital lançado na página do concurso.

Além disso, deverá ser divulgado até o dia 27 de abril o resultado final da heteroidentificação, após o julgamento dos eventuais recursos. O acordo foi homologado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Direitos Difusos de São Luís.

VAGAS

Na ACP, o MPMA requereu medidas para constar, no edital, a reserva de 23 vagas diretas aos candidatos negros e pardos, alcançando o percentual de 20% estabelecido pela Lei Estadual nº 10.404/2015. O cálculo considera a totalidade de 114 vagas diretas ofertadas no certame. Deve observar, ainda, a reserva automática para as funções dos níveis superior e médio.

No edital original, foram reservadas apenas 13 vagas diretas e 31 em cadastro de reserva.

Desembargadores Joaquim Figueiredo e Angela Salazar assumem como presidente e corregedora

"Não pretendo dirigir um Tribunal segmentado, nem composto de grupos. A união, a lealdade, o respeito mútuo e a concórdia ditarão o nosso comportamento". Essas foram algumas das palavras proferidas pelo desembargador Joaquim Figueiredo, eleito por aclamação, nesta segunda, (1º de março), presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, enquanto a desembargadora Angela Salazar, assumiu a Corregedoria.

Acompanharam a sessão solene ministro, entre outras autoridades dos poderes executivo, judiciário e legislativo, imprensa e familiares dos empossados. Em razão da pandemia causada pela covid-19, a sessão solene foi realizada por videoconferência com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-MA do Youtube (íntegra aqui).

Para o presidente empossado, o trabalho tem que ser coordenado em equipe, com objetivos definidos para salvaguardar a justiça eleitoral. "Nessa empreitada patriótica, terei em minha companhia a firmeza, a lisura e a cumplicidade institucional dos ilustres membros desta notável Corte e dos nossos queridos juízes eleitorais e servidores, com a fidelidade e a fidalguia que lhes são peculiares". Acrescentou, ainda, que trabalhará com valores que norteiam a vida e pelos quais tem se guiado, a saber: a ética, o direito, a dignidade, o amor e a dedicação.

"Nossa gestão será marcada pela transparência em todas as ações, priorizando-se as boas práticas, acreditando que o aperfeiçoamento desta instituição pública e a qualificação dos queridos servidores e juízes eleitorais é o caminho mais promissor para alcançarmos as metas prioritárias do Egrégio Conselho Nacional de Justiça e uma justiça que responda aos reclames da sociedade". Finalizou enfatizando que responsabilidade, determinação, excelência, eficiência e zelo devem fazer parte da 'família judiciária eleitoral', cujo valor profissional constitui-se o ativo mais rico e mais estratégico.

A desembargadora Ângela Salazar, que assumiu como vice-presidente e corregedora, ressaltou que estamos vivendo uma crise, lutando contra o descaso, as incertezas e as inseguranças jurídicas e que são nas adversidades que se criam saídas, encontram-se soluções e despertam em cada cidadão o que há de melhor dentro de si, a solidariedade e o espírito cívico.

"É com esse propósito que assumo a Corregedoria e a Vice-Presidência desta Corte Especial de Justiça e concito os demais integrantes de jornada, no sentido de realizarmos de forma participativa e dialogada o munus que nos foi delegado. Durante nossa permanência nesta Casa não será diferente quanto à transparência do processo eleitoral, a observância das regras de mediação do processo político isento, na busca da legitimação da vontade soberana do eleitor, em homenagem aos princípios republicanos e democráticos consagrados na Carta Magna Nacional", pontuou.

Apoiar a Escola Judiciária Eleitoral é um dos objetivos da gestão de Salazar que pretende realizar a nível local cursos de atualização, seminários na área do Direito Eleitoral para juízes, promotores eleitorais, servidores nas diversas áreas de atividades e advogados que militam na área do Direito e Processo Eleitoral, o que, com certeza, trará benefícios incalculáveis para a justiça eleitoral.

Em que pese as medidas tomadas pelo TSE, com a pretensão de motivar e assegurar a efetiva participação feminina no processo eleitoral, ela acredita que é necessário implementar políticas de incentivo e valorização da mulher no universo político partidário, nas esferas municipal e estadual.

"A análise desse contexto leva à necessidade de um profundo exame dos fatores sociais, culturais e políticos que nos cercam, bem como de adoção de estratégias de modo a garantir a consolidação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, livre das amarras das desigualdades, cedendo lugar à sistema análogo, significativo de mudança do sistema jurídico, sob o foco constitucional de que a participação das mulheres nas casas legislativas seja uma realidade, em homenagem e respeito ao princípio da isonomia", ratificou a vice-presidente e corregedora.

Salazar concluiu: "sabemos que a tarefa é árdua, as responsabilidades são inúmeras e agudas, mas o desejo de acertar e servir é maior e ferrenho, porque assim idealizo e me proponho e, por certo, com a colaboração de todos os integrantes desta Corte Eleitoral, juízes e servidores, os obstáculos serão transpostos e vencidos os desafios".

Ao saudar os novos empossados, o juiz Cristiano Simas, membro da Corte, destacou a firmeza, inteligência e praticidade do desembargador Joaquim que sempre buscou dignificar suas ações e pensamentos construindo em torno de si grande respeitabilidade e colaborando decisivamente para o engrandecimento do poder judiciário maranhense. Já a desembargadora Ângela Salazar foi reconhecida pelo magistrado pela sua sensibilidade e pelo trabalho profissional a exemplo do desenvolvido na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar onde, com competência e sensibilidade, atuou de forma decisiva no combate a esta chaga que ainda atormenta a comunidade maranhense.

Composição do TRE

A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Ângela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juízes de direito Lavínia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Luis Fernando Xavier e Gilson Ramalho - que são membros substitutos - estão na interinidade dos cargos enquanto os efetivos não são nomeados. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

Governador dialoga com chefes dos Poderes, Federação dos Municípios e prefeitos sobre novas ações para combater o coronavírus

Nesta segunda-feira (1^o) o governador Flávio Dino convidou os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e a Federação dos Municípios para uma reunião sobre as novas ações de combate ao coronavírus.

"Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos", disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

"Adotaremos medidas concernentes ao serviço público estadual, como a suspensão do trabalho presencial no serviço público por 10 dias, continuaremos fazendo a expansão de linhas de ônibus, leitos hospitalares, abrangendo estado e prefeituras. Faremos, também, uma força tarefa com os municípios, com a participação dos outros poderes para fiscalizar e punir quem não usar máscaras em vias públicas. Subimos um degrau no nível de restrições, vamos observar por 10 dias e eventualmente adotar ainda mais medida se essas não forem capazes de conter esse ciclo de expansão que infelizmente estamos acompanhando", garantiu o governador.

Durante a reunião, o governador ouviu as demandas de cada município, dialogou com os representantes dos poderes e apresentou o cenário atual, com dados, mostrando crescimento na ocupação dos leitos e aumento da taxa de contágio do coronavírus no Maranhão. Foi divulgada, ainda, a comparação da solicitação de leitos estaduais feita por alguns municípios, como São Luís e Imperatriz, no mês de outubro de 2020 e no mês de fevereiro de 2021.

"Em São Luís, em outubro de 2020, foram solicitados 169 leitos da rede estadual. Em fevereiro deste ano, foram feitas 774 solicitações de leitos estaduais. Na cidade de Imperatriz, em outubro do ano passado, foram solicitados 145 leitos. Em fevereiro deste ano esse número subiu para 625", pontuou o governador durante a apresentação.

Só nos três primeiros meses deste ano, o Governo do Estado abriu 500 novos leitos exclusivos para a COVID-19. "Temos feito um esforço gigantesco para abrir novos leitos, continuamos apelando para que as medidas preventivas sejam adotadas rigorosamente, como uso de máscaras, evitando aglomerações e mantendo o distanciamento social", garantiu o governador Flávio Dino.

Prefeito Eduardo Braide apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

"Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente", informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

"Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes", acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

"Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara", disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

"O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia", concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o

vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Município de São Luís deve restaurar e conservar área de preservação do Rio Gangan

O Município de São Luís foi condenado na Justiça estadual a promover, no prazo de dois anos, a restauração da área de preservação permanente do Rio Gangan, no bairro do Turu, e realizar as medidas contempladas no Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e efetuar o monitoramento da área recuperada.

No prazo de 60 dias, a Prefeitura Municipal deverá apresentar o cronograma de realização das medidas propostas, para o cumprimento da sentença. No caso de descumprimento de qualquer das determinações judiciais, foi fixada multa diária no valor de R\$ 1 mil.

A sentença do juiz Douglas de Melo Martins acolheu, parcialmente, pedido do Ministério Público Estadual (MPE) no sentido de obrigar o gestor público municipal a reparar os danos ambientais diretos e indiretos causados às áreas de preservação permanente do rio Gangan, nos trechos afetados pela construção da Ponte "Pai Inácio", a jusante e a montante da obra.

O MPE relata, na ação, que o município de São Luís construiu a Ponte "Pai Inácio" sobre o Rio Gangan, com o objetivo de conectar a Rua General Artur Carvalho (Turu) à Rua Nossa Senhora da Vitória (Parque Vitória), dentro da área de preservação permanente, às margens de cursos d'água pertencentes ao rio. E teria a responsabilidade de reparar os danos à área de preservação permanente situada nas margens do rio - conforme licenciamento ambiental autorizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

No entanto, a SEMMAM informou, em 2018, ao MPE que não houve a reparação dos danos causados ao local da obra. O Município de São Luís alegou, na ação, que os danos observados na área merecem ser avaliados mais adequadamente, segundo a extensão e intensidade. Do mesmo modo, deve ser verificado se esses eventuais danos foram causados, exclusivamente, por força da obra da ponte.

No entendimento do juiz, ficou evidente o dano e a relação de causa da conduta do município de São Luís, de modo que se impõe a condenação na obrigação de reparar o ambiente. "A responsabilidade civil por danos ambientais, da qual decorre a obrigação de indenizar o dano e de recuperar o meio ambiente degradado, é objetiva (Lei nº 6.938/81, art. 14, §1º) e solidária (art. 3º, IV), vez que é pautada pela teoria do risco integral, independentemente da comprovação de culpa ou dolo", afirmou o juiz na sentença.

RIO GANGAN

Segundo informações do portal do Município na internet, o canal do Rio Gangan tem extensão de 1.700 metros. Começa na Rua do Aririzal, atravessa a Avenida São Luís Rei de França e termina na Rua Pai Inácio, que dá acesso à Avenida General Artur Carvalho, no Turu, e à Avenida da Vitória, no Parque Vitória, em São Luís.

Othelino discute restrição contra a Covid e anuncia suspensão de atividades presenciais

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (1º), no Salão de Atos do Palácio dos Leões, da reunião emergencial, convocada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), para discutir novas medidas de restrições contra a Covid-19, diante da curva de crescimento de casos no estado e sobrecarga das redes pública e privada de saúde da Grande Ilha.

Para Othelino Neto, o isolamento máximo seria o cenário ideal para conter o aumento do número de casos. “O cenário ideal seria o lockdown mas, neste momento, não será possível pelas implicações sociais. Por isso, em consenso, com o objetivo de preservar a saúde dos maranhenses, decidimos tomar medidas mais restritivas em locais de maior aglomeração”, disse.

Na reunião, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown nos próximos dias e apresentou algumas medidas para combater o avanço da doença, entre elas, a ampliação das linhas de ônibus e o reforço em relação ao uso de máscaras. O chefe do Executivo disse ainda que haverá restrições mais rigorosas para grandes aglomerações.

“Em face da elevação do número de casos do novo coronavírus, é imprescindível que tenhamos mais restrições em atividades de maior aglomeração. Houve, contudo, um consenso, no sentido de não haver lockdown nesta semana, porém, faremos a edição de normas e decisões de vários órgãos para que certas atividades deixem de ocorrer por um período, principalmente em grandes aglomerações”, esclareceu o governador.

Em seguida, Flávio Dino explicou que o decreto governamental será disponibilizado nesta terça-feira (2), após diálogo com entidades empresariais. “Somente após essa reunião, editaremos o decreto, com os detalhes definitivos. Queremos que o empresariado participe, porque é responsável conosco, como por exemplo, ao que se refere ao uso de máscaras nos estabelecimentos”, completou.

O secretário de Estado de Saúde e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), Carlos Lula, ressaltou que, para a decisão em conjunto, foram avaliados o crescimento no número de casos da COVID-19 e a impossibilidade do sistema público de saúde atender todas as demandas.

“De fato, estamos com um estresse muito forte no sistema de saúde do Maranhão, principalmente em São Luís, Imperatriz, Bacabal e Santa Inês, onde temos solicitação de leitos maior que a média. Essas medidas, nesse momento, são indispensáveis para que não tenhamos um colapso na saúde. Por isso, a necessidade de medida extrema de restrição social”, enfatizou Lula.

O encontro reuniu ainda representantes dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública, além de prefeitos da região metropolitana de São Luís e outras autoridades.

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assim como os demais órgãos públicos e Prefeituras da Grande Ilha de São Luís, suspenderá as atividades presenciais por uma semana, a partir da próxima segunda-feira (8).

A suspensão das atividades presenciais na Assembleia Legislativa está em conformidade com as decisões tomadas na reunião com o governador, para conter o avanço do novo coronavírus entre os servidores e parlamentares, limitando a circulação de pessoas e permitindo o trabalho remoto.

Segundo Othelino, a Assembleia segue uma série de protocolos desde o início da pandemia. “Manteremos nossa Resolução Legislativa estabelecendo uma série de protocolos internos desde o início da pandemia. Nós não revogamos, então, a manteremos. O que teremos de novo é que, na semana que vem, teremos as atividades de forma remota”, explicou o parlamentar, enfatizando, ainda, que a decisão, em conjunto com os outros órgãos, será importante para diminuir o nível de contaminação na região metropolitana.

Prefeito apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

“Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

“Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara”, disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce

Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Prefeito apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1º), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

“Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente”, informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

“Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes”, acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

“Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara”, disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

“O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia”, concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce

Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

TRE-MA: Joaquim Figueiredo e Angela Salazar assumem como presidente e corregedora

“Não pretendo dirigir um Tribunal segmentado, nem composto de grupos. A união, a lealdade, o respeito mútuo e a concórdia ditarão o nosso comportamento”. Essas foram algumas das palavras proferidas pelo desembargador Joaquim Figueiredo, eleito por aclamação, nesta segunda, (1º de março), presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, enquanto a desembargadora Angela Salazar, assumiu a Corregedoria.

Acompanharam a sessão solene ministro, entre outras autoridades dos poderes executivo, judiciário e legislativo, imprensa e familiares dos empossados. Em razão da pandemia causada pela covid-19, a sessão solene foi realizada por videoconferência com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-MA do Youtube (íntegra aqui).

Para o presidente empossado, o trabalho tem que ser coordenado em equipe, com objetivos definidos para salvaguardar a justiça eleitoral. “Nessa empreitada patriótica, terei em minha companhia a firmeza, a lisura e a cumplicidade institucional dos ilustres membros desta notável Corte e dos nossos queridos juízes eleitorais e servidores, com a fidelidade e a fidalguia que lhes são peculiares”. Acrescentou, ainda, que trabalhará com valores que norteiam a vida e pelos quais tem se guiado, a saber: a ética, o direito, a dignidade, o amor e a dedicação.

“Nossa gestão será marcada pela transparência em todas as ações, priorizando-se as boas práticas, acreditando que o aperfeiçoamento desta instituição pública e a qualificação dos queridos servidores e juízes eleitorais é o caminho mais promissor para alcançarmos as metas prioritárias do Egrégio Conselho Nacional de Justiça e uma justiça que responda aos reclames da sociedade”. Finalizou enfatizando que responsabilidade, determinação, excelência, eficiência e zelo devem fazer parte da ‘família judiciária eleitoral’, cujo valor profissional constitui-se o ativo mais rico e mais estratégico.

A desembargadora Angela Salazar, que assumiu como vice-presidente e corregedora, ressaltou que estamos vivendo uma crise, lutando contra o descaso, as incertezas e as inseguranças jurídicas e que são nas adversidades que se criam saídas, encontram-se soluções e despertam em cada cidadão o que há de melhor dentro de si, a solidariedade e o espírito cívico.

“É com esse propósito que assumo a Corregedoria e a Vice-Presidência desta Corte Especial de Justiça e concito os demais integrantes de jornada, no sentido de realizarmos de forma participativa e dialogada o munus que nos foi delegado. Durante nossa permanência nesta Casa não será diferente quanto à transparência do processo eleitoral, a observância das regras de mediação do processo político isento, na busca da legitimação da vontade soberana do eleitor, em homenagem aos princípios republicanos e democráticos consagrados na Carta Magna Nacional”, pontuou.

Apoiar a Escola Judiciária Eleitoral é um dos objetivos da gestão de Salazar que pretende realizar a nível local cursos de atualização, seminários na área do Direito Eleitoral para juízes, promotores eleitorais, servidores nas diversas áreas de atividades e advogados que militam na área do Direito e Processo Eleitoral, o que, com certeza, trará benefícios incalculáveis para a justiça eleitoral.

Em que pese as medidas tomadas pelo TSE, com a pretensão de motivar e assegurar a efetiva participação feminina no processo eleitoral, ela acredita que é necessário implementar políticas de incentivo e valorização da mulher no universo político partidário, nas esferas municipal e estadual.

“A análise desse contexto leva à necessidade de um profundo exame dos fatores sociais, culturais e políticos que nos cercam, bem como de adoção de estratégias de modo a garantir a consolidação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, livre das amarras das desigualdades, cedendo lugar à sistema análogo, significativo de mudança do sistema jurídico, sob o foco constitucional de que a participação das mulheres nas casas legislativas seja uma realidade, em homenagem e respeito ao princípio da isonomia”, ratificou a vice-presidente e corregedora.

Salazar concluiu: “sabemos que a tarefa é árdua, as responsabilidades são inúmeras e agudas, mas o desejo de acertar e servir é maior e ferrenho, porque assim idealizo e me proponho e, por certo, com a colaboração de todos os integrantes desta Corte Eleitoral, juízes e servidores, os obstáculos serão transpostos e vencidos os desafios”.

Ao saudar os novos empossados, o juiz Cristiano Simas, membro da Corte, destacou a firmeza, inteligência e praticidade do desembargador Joaquim que sempre buscou dignificar suas ações e pensamentos construindo em torno de si grande respeitabilidade e colaborando decisivamente para o engrandecimento do poder judiciário maranhense. Já a desembargador Angela Salazar foi reconhecida pelo magistrado pela sua sensibilidade e pelo trabalho profissional a exemplo do desenvolvido na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar onde, com competência e sensibilidade, atuou de forma decisiva no combate a esta chaga que ainda atormenta a comunidade maranhense.

Composição do TRE

A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Angela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juízes de direito Lavínia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Luis Fernando Xavier e Gilson Ramalho - que são membros substitutos - estão na interinidade dos cargos enquanto os efetivos não são nomeados. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

Fonte: TRE-MA.

Prefeitura apresenta medidas contra a Covid durante reunião

Prefeitura apresenta medidas contra a Covid durante reunião com autoridades

O prefeito Eduardo Braide participou, nesta segunda-feira (1), de uma reunião com o governador do Estado, Flávio Dino, demais prefeitos da Grande Ilha de São Luís e autoridades estaduais para discutir a situação da pandemia e as medidas preventivas para conter o avanço da Covid-19.

"Temos trabalhado desde o início da nossa gestão para conter o avanço da Covid em São Luís. Criamos o Plano Municipal de Enfrentamento à doença, com uma campanha de vacinação eficaz, ampliando o número de leitos exclusivos, aumentando a frota de ônibus nos horários de pico, bem como higienizando terminais e coletivos sistematicamente", informou.

Ainda durante a reunião, o prefeito Eduardo Braide reforçou as demais medidas tomadas pelo município.

"Ofertamos Centros de Saúde para receber pacientes com síndromes gripais leves e, inclusive, pensamos no atendimento de pacientes pós-Covid, com ambulatório especializado. E é por entendermos o cenário atual, que já determinamos a ampliação da frota de ônibus e a intensificação da higienização dos coletivos e terminais. Ao lado de tudo isso, participamos hoje da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e São Luís integrará o grupo de cidades que pretende comprar vacinas diretamente dos fabricantes", acrescentou o prefeito.

O secretário municipal de Saúde, Joel Nunes, que acompanhou o prefeito Eduardo Braide na reunião, reforçou a importância de manter as medidas de proteção.

"Temos colocado todos os nossos esforços para conter o avanço da pandemia em São Luís. Mas cada cidadão precisa fazer a sua parte, evitando aglomerações, higienizando bem as mãos e, usando sempre a máscara", disse o secretário.

Ao fim da reunião, o prefeito Eduardo Braide destacou que o Município estará à disposição para ações preventivas que contenham a Covid.

"O Município de São Luís está voltado a contribuir com medidas que evitem aglomerações. E, solicitamos ainda na reunião, que os comerciantes precisam ser ouvidos antes de qualquer medida mais restritiva. Além disso, nos colocamos à disposição para ações conjuntas com outras cidades da Grande Ilha e com o Estado. É preciso manter a responsabilidade e o cuidado com a vida humana. Só assim vamos vencer a pandemia", concluiu o prefeito.

Além do governador do Estado, Flávio Dino, estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos; a diretora do Hospital Universitário (HUUFMA), Dra. Joyce

Lages; o presidente da Famem, Erlânio Xavier; além dos prefeitos de São José de Ribamar, Júlio César Matos; de Paço do Lumiar, Paula Azevedo; e de Raposa, Eudes Barros.

Governador Flávio Dino descarta novo lockdown no Maranhão

O governador Flávio Dino descartou novo lockdown (bloqueio total) no Maranhão. A decisão foi tomada durante reunião com prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e da Federação dos Municípios.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos”, disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

Saiba todos os detalhes da reunião na reportagem de Marcos Martins para o Fala Maranhão (TV Cidade):

Governador Flávio Dino descarta novo lockdown no Maranhão

O governador Flávio Dino descartou novo lockdown (bloqueio total) no Maranhão. A decisão foi tomada durante reunião com prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, a direção do Hospital Universitário e da Federação dos Municípios.

“Estamos descartando a possibilidade de nesse momento haver um lockdown total. O que faremos é uma edição de normas com restrições de certas atividades, inicialmente pelo período de 10 dias, como restrições de grandes aglomerações, eventos que envolvam muitas pessoas, eventos festivos”, disse o governador Flávio Dino.

O governador anunciou ainda que serão intensificadas as fiscalizações, com novas restrições, após reunião com o setor empresarial que acontecerá na terça-feira (2). O novo decreto será editado após a reunião com o setor empresarial.

Saiba todos os detalhes da reunião na reportagem de Marcos Martins para o Fala Maranhão (TV Cidade):